



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO
TOCANTINS – SFA/TO

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Março/2013



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO
TOCANTINS – SFA/TO

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, da Portaria – TCU nº 150, de 3 de julho de 2012 e da Portaria nº 133, de 18 de janeiro de 2013.

Palmas, 03/2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1- IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES	11
1.1- Identificação da Unidade Jurisdicionada	11
1.2 - Finalidades e Competências Institucionais da Unidade	12
1.3 Organograma Funcional.....	12
1.4 Macro Processos Finalísticos	13
1.4.1 Programa 2028: Defesa Agropecuária	13
1.4.2 Programa 2013: Agricultura Irrigada	13
1.4.3 Programa 2014: Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	13
1.4.5 Programa 2042: Inovações para a Agropecuária.....	14
1.5 Macro Processos de Apoio.....	14
1.6 Principais Parceiros.....	14
2 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES	14
2.1 - Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	14
2.2 Estratégia de Atuação Frente aos Objetivos Estratégico	18
2.3 Execução do Plano de Metas ou Ações.....	19
2.4 Indicadores	19
2.4.1 Indicadores da Divisão de Defesa Agropecuária	19
2.4.2 Indicadores da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário.	20
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AUTO CONTROLE DA GESTÃO.....	21
3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	21
4 - PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	23
4.1 - Informações Sobre Programas de PPA de Responsabilidade da UJ	23
4.1.1 – Informações sobre ações de programas temáticos de responsabilidade da UJ	23
4.1.1.1 – Programa 2028: Defesa Agropecuária	23
4.1.1.2 Programa 2013: Agricultura Irrigada	35
4.1.1.3 - Programa 2014: Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.....	36
4.1.1.4 Programa 2042: Inovações para a Agricultura	43
4.1.2 - Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviços ao estado de responsabilidade da UJ	45
4.1.2.1 - Programa 2105: Gestão e Manutenção do MAPA.....	45
4.2 -Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.....	45
4.2.1 - Identificação das unidades orçamentárias da UJ.....	45
4.2.2 - Movimentação de créditos interna e externa.....	46
4.2.3 Execução Orçamentária da Despesa	46
4.2.3.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários.....	46
4.2.3.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	46
4.2.3.1.2 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários	46
4.2.3.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	47
4.2.3.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação	47
4.2.3.2.2 Despesas Totais Por Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	48
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	48
5.2 Pagamento e Cancelamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	48
5.2.1 Pagamento e cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores	48
5.3 Transferência de Recursos	48
5.3.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício.....	48
5.3.2 Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	50
5.3.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que permanecerão vigentes no exercício de 2013 e seguintes.....	50
5.3.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termo de cooperação e contrato de repasse	51
5.3.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	52
5.3.6 Análise Crítica : Nos últimos três exercícios apenas em 2012 houve repasse de recursos destinados a ADAPEC-TO no valor de R\$ 5.108.902,72 referente aos convênios plurianuais registrado no SICONV sob números 771223/2012 e 771224/2012.....	52
5.4 -Suprimentos de Fundos.....	52
5.4.1 Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos	52
5.4.1.1 Suprimento de fundos – visão geral	52

5.4.1.2 Suprimento de fundos – cartão de crédito corporativo (CPGF)	53
5.4.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ	54
5.4.1.4 Prestação de contas de suprimento de fundos	54
6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	55
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	55
6.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada.....	55
6.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada.....	55
6.1.2 Qualificação da força de trabalho	56
6.1.2.1 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade	56
6.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade	57
6.1.3 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada.....	58
6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	59
6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	59
6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	59
6.1.5 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	60
6.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC	60
6.1.8 – Indicadores gerenciais sobre recursos Humanos	60
6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contrato de Estagiários	61
6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	61
6.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	61
6.2.3 Composição do Quadro de Estagiários	62
7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	62
7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	62
7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	63
7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	63
7.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	64
Análise Crítica: SFA-TO Esta instalada em imóvel próprio, sendo o único ocupado cuja construção é recente apresentado bom estado de conservação conforme quadro A.7.1 e A.7.3.	64
8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	64
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	64
9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	66
9.1 Declarações de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	66
10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	66
10.1 Informações sobre a adoção de critérios estabelecidos pelas normas brasileira de Contabilidade aplicadas ao setor público	66
10.2 - Declaração do contador	66

LISTA DE QUADROS

Quadro I - A.1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual.....	11
Quadro II - A.3.1 Avaliação do Sistema de Controle Interno da UJ.....	21
Quadro III - A.4.1.1 Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos.....	23
Quadro IV - A.4.1.2 Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.....	24
Quadro V - A.4.1.3 Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa.....	25
Quadro VI - A.4.1.4 Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.....	26
Quadro VII - A.4.1.5 Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.....	27
Quadro VIII - A.4.1.6 Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.....	28
Quadro IX - A.4.1.7 Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças.....	29
Quadro X - A.4.1.8 Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal.....	30
Quadro XI - A.4.1.9 Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.....	30
Quadro XII - A.4.1.10 Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.....	31
Quadro XIII - A.4.1.11 Ação 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.....	32
Quadro XIV - A.4.1.12 Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.....	33
Quadro XV - A.4.1.13 Ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.....	34
Quadro XVI - A.4.1.14 Ação 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.....	34
Quadro XVII - A.4.2.1 Ação 20QX Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias, Estudos e Pesquisas afins em Agricultura Irrigada.....	35
Quadro XVIII - A.4.3.1- Ação 8548 Promoção e Imagem dos Produtos Agropecuários Brasileiros no Exterior.....	36
Quadro XIX - A.4.3.2- Ação 8593 Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) (SDC) - Produto: Unidades de Teste e Demonstração (UTD) / Unidades de Referência Tecnológica (URT) implantadas.....	37
Quadro XX - A.4.3.3 Ação 4720 Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.....	38
Quadro XXI - A.4.3.4- Ação 8591 Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas.....	39
Quadro XXII - A.4.3.5 Ação 8606 Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico.....	40
Quadro XXIII - A.4.3.6 Ação 2B17 Fiscalização de Contratos de Repasse.....	41
Quadro XXIV - A.4.3.7 Ação 8611 Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário.....	41
Quadro XXV - A.4.3.8- Ação 2177 Fiscalização de Serviços Agrícolas.....	42
Quadro XXVI - A.4.3.9- Ação 20SR Estudos de Infra-instrutora e Logística da Produção.....	43
Quadro XXVII - A.4.4.1- Ação 2B47 Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG.....	43
Quadro XXVIII - A.4.2 Ação 4716 Operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas.....	45
Quadro XXIX - A.4.7 Identificação das Unidades Orçamentárias.....	45
Quadro XXX - A.4.11 Movimentação Orçamentária Por Grupo de Despesa.....	46
Quadro XXXI - A.4.13 Despesas Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	46
Quadro XXXII - A.4.14 Despesas Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	47
Quadro XXXIII - A.5.2 Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	48
Quadro XXXIV - A.5.3 Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	48
Quadro XXXV - A.5.4 Resumo dos Instrumentos Celebrados Pela UJ nos Três Últimos Exercícios.....	50
Quadro XXXVI - A.5.5 Resumo dos Instrumentos de Transferência Que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes.....	50
Quadro XXXVII - A.5.6 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	51
Quadro XXXVIII - A.5.7 Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	52
Quadro XXXIX - A.5.8 Despesas Realizadas Por Meio de Suprimento de Fundos (SF).....	53
Quadro XL - A.5.10 Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo Por Ug e Por Portador.....	53
Quadro XLI - A.5.11 Despesa Realizadas Por Meio da Conta Tipo “B” e Por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	54
Quadro XLII - A.5.12 Prestação de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	54
Quadro XLIII - A.6.1 Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12.....	55
Quadro XLIV - A.6.2 Situações Que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12/2012.....	55
Quadro XLV - A.6.3 Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2012).....	56
Quadro XLVI - A.6.4 Quantidade de Servidores da UJ Por Faixa Etária – Situação em 31/12/2012.....	56
Quadro XLVII - A.6.5 Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12.....	57
Quadro XLVIII - A.6.6 Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e Nos Dois Anteriores.....	58
Quadro XLIX - A.6.7 Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2012.....	59
Quadro L - A.6.8 Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12.....	59
Quadro LI - A.6.11 Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC.....	60
Quadro LII - A.6.17 Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	61
Quadro LIII - A.6.18 Contratos de Prestação de Serviços Com Locação de Mão de Obra.....	61

Quadro LIV - A.6.19 Composição do Quadro de Estagiários.....	62
Quadro LV - A.7.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	63
Quadro LVI - A.7.3 Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ	64
Quadro LVII - A.9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	64
Quadro LVIII - A.10.5 Demonstrativo do Cumprimento, Por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	66
Quadro LIX - A.11.2 Declaração de Que as Demonstrações Contábeis do Exercício Não Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada	66

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ADAPEC – Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins
APOIOAGRIC – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas
APOIOPEC – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias
APPRODUTOR – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
CBIO – Centro de Estudos da Biodiversidade
CCVB – Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas
CEDRUS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CERTORGAN – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
CGAL – Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
CGCD – Coordenação Geral de Combate as Doenças
CIG – Coordenação de Indicação Geográfica
CIS – Certificado de Inspeção Sanitária
COAGRE – Coordenação de Agroenergia
COESA – Comitê Estadual de Sanidade Avícola
CPIA – Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Agrícola
CPIP – Coordenação Produção Integrada de Agropecuária
CPOrg – Comissão da Produção Orgânica
CRHE – Coordenação da Raiva dos Herbívoros e da encefalopatias e espongiformes transmissíveis
CSM-TO – Comissão Estadual de Sementes e Mudanças do Tocantins
CT-Agro – Câmara Técnica do Agronegócio
CTNBIO - Comissão Técnica Nacional e Biosegurança
DDA – Divisão de Defesa Agropecuária
DEFIA – Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DEPROS – Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade
DEPTA – Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária
DESENG – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica Pró-Orgânico
DFIP – Departamento de Insumos Pecuários
DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DIPOV – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DPDAG – Divisão de Política, Produção e desenvolvimento Agropecuário
DPF – Boas Práticas de Fabricação
DSA – Departamento de Saúde Animal
DSV – Departamento de Sanidade Vegetal
EEB – Encefalopatia Espongiforme Bovina - Doença da Vaca Louca
EET – Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEBREAFTOS – Erradicação da Febre Aftosa
FFA – Fiscal Federal Agropecuário
FISAGROTOX – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
FISCAGRIC – Fiscalização de Serviços Agrícolas
FISCALSEM – Fiscalização de Sementes e Mudanças
FISCANIMAL – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos
FISCGENE – Fiscalização de Material Genético Animal
FISCINAN – Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal
FISCONTRATO – Fiscalização de Contrato de Repasse
FISCORGEN – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
FISCPLANTA – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos
FISFECOI – Fiscalização de Fertilizantes Corretivos e Inoculantes
FISFECOI – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
FISPROVET – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
GTA – Guia de Trânsito Animal

INDGRAF – Fomento à Indicação Geográfica de Produto Agropecuário
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
INSPANIMAL – Inspeção e Fiscalização de Produto Origem Animal
IPVEGETAL – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
LANAGRO – Laboratório Nacional Agropecuário
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
MANUTSFAS – Administração da Sede
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OGM – Organismos Geneticamente Modificados
OCS- Organização de Controle Social
OIE – Organização Mundial de Saúde Animal
PADCLASSIF – Padronização e Classificação de Produtos Vegetais
PCEANIMAL – Prevenção, Controle e Erradicação Doenças Animais
PCEVEGETAL – Prevenção Controle e Erradicação de Praga dos Vegetais
PI – Programa Interno
PNCEBT – Programa Nacional de Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose
PNCRH – Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalotia Espongiforme Bovina
PNEFA – Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa
PNSA – Programa Nacional de Controle e Erradicação das Doenças de Aves
POA – Plano Operativo Anual
PPA – Plano Plurianual
PRODESA – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio
RENASEM – Registro Nacional de Sementes e Mudas
SAPI – Sistema Agropecuário de Produção Integrada
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária
SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SEFAG – Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários
SEFIA – Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas
SEFIP – Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários
SFA/TO – Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins
SGAU – Sistema de Gerenciamento de Atividades de Vigilância
SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal
SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal
SIF – Serviço de Inspeção Federal
SIOR – Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras
SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento
SIPOV – Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SISA – Serviço de Inspeção e Saúde Animal
SISBOV – Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bufalina
SISV – Serviço de Inspeção de Sanidade Vegetal
UVL – Unidade Veterinária Local
VIGIFITO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual

INTRODUÇÃO

No presente Relatório são apresentados os resultados das ações provenientes da implementação, pela Superintendência Federal da Agricultura no Estado do Tocantins, inseridas nos programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, constantes do PPA 2012/2115, incluindo demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, ou seja, o Relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais, propiciando a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando, assim, informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade tocantinense e brasileira. A participação crescente do Estado do Tocantins no comércio internacional de produtos do agronegócio é resultado de uma combinação de fatores como capacidade empreendedora, altos investimentos em pesquisa, infra-estrutura, tecnologia e regulação em sanidade e qualidade dos produtos e da integração das cadeias produtivas, englobando fornecedores de insumos, produtores, indústrias processadoras, distribuidores e prestadores de serviços.

Sendo o Agronegócio um dos mais dinâmicos e inovadores segmentos da economia brasileira, hoje é um dos responsáveis pela manutenção de superávits na balança comercial brasileira e também pelo crescimento sustentando da economia nos últimos anos. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através dos Planos, Programas e Ações, legitima sua missão institucional e, portanto, sua participação no agronegócio brasileiro. A SFA/TO assume papel de fundamental importância nesse contexto na medida em que é responsável direta pela coordenação, supervisão e execução dessas atividades no Estado do Tocantins, as quais estão consubstanciadas no presente Relatório de Gestão 2013, que ora está sendo divulgado, Nele consta a avaliação das principais ações sob nossa responsabilidade.

Itens da Norma (DN TCU n 119/2012, Anexo II) que não se aplicam à natureza da UJ - SFA-TO: Item 3.3 Remuneração de Administradores, Item 3.4 - Sistema de Correição; Item 3.5 – Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria Nº 1.043/2007 do CGU; Item 5.1 – Reconhecimento de Passivo; Item 5.5 - Renúncia Tributária Sob a Responsabilidade da UJ; Item 6.1.5 e 6.1.6 – Informações sobre acumulação de cargos 6.1.7.1- Informação sobre os atos de pessoal sujeitos s registros e comunicação; Item 6.1.7.2 – Remessas TCU; Item 6.1.7.3 Comunicação aos órgão de controle interno; Item 6.2.1 – Item 6.2.2 – Item 6.2.3 – Item 7.2.2 Distribuição dos bens e móveis locado de terceiros - Item 8.1 - Gestão da Tecnologia da Informação (TI); Item 8.2 – Análise Crítica; Item 9.2 Consumo de papel, energia elétrica e água; Item 10.1 Deliberação do TCU e do OIC Atendidas no Exercício; Item 10.4 – Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SISG e SICONV. Alguns dos itens acima relacionados são de competência do MAPA- SEDE.

Relação de quadros que não se aplicam ou que não se dispõem de informações:

Item 1 - quadros de A.1.2 a A.1.4; Item 3 – quadros A.3.2 a A.3.4; Item 4 - quadros A.4.1; A.4.3; A.4.4; A.4.5 e A.4.6; quadros de A.4.8 a A.4.10; Item 5 - quadro A.5.1; quadro A.5.9: quadros A.5.13 a A.5.25; Item 6 - quadros de A.6.9 e A.6.10; quadros de A.6.12 a A.6.16 – Item 7 - quadro A.7.2; Item 8 - quadro A.8.1; Item 9 - quadro A.9.2; Item 10 - quadros A.10.1 a A.10.4; quadro A.10.6; Item 11 - quadros A.11.3 e A.11.4

Com relação aos itens da norma e seus respectivos quadros é oportuno esclarecer que em virtude da supressão de alguns itens e quadros, conforme acima explicitado, foi feito um novo ordenamento lógico dos tópicos do Relatório

Principais Realizações da gestão no exercício 2012

1. Participação da SFA/TO na AGROTINS em maio de 2012 no estande do MAPA onde foi montado um pequeno auditório para a realização de reuniões e palestras com o objetivo de orientar os Agentes Econômicos do Agronegócio do Tocantins com relação ao trabalho que a SFA/TO presta para a sociedade e também fornecer orientações técnicas sobre instruções normativas e demais normas técnicas que afetam os diversos segmentos do setor agropecuário.
2. Realização da oficina de Planejamento do Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono. – ABC com elaboração de documento, cronograma de atividades, etc.
3. Diversas Reuniões da Produção Integrada de Frutas, mais especificamente da Produção Integrada de Abacaxi que atualmente é referência nacional.
4. Participação nas campanhas de vacinação contra a febre aftosa com o objetivo de ressaltar a importância de o Estado manter o esforço para a consolidação do seu status sanitário.
5. Participação em dias de campo de Semente de Soja e de Feijão nas áreas de várzeas do Estado do Tocantins e Integração Lavoura Pecuária.
6. Reuniões com os diversos parceiros do agronegócio do Estado para a divulgação das normas do MAPA.
7. Diversas palestras de capacitação e divulgação de instruções normativas para profissionais das áreas de Entrepósitos de Pescado, Laticínios, Sementes e Mudas, Frigoríficos de carnes, etc.
8. Orientações para a Agência de Defesa Agropecuária com vistas às supervisões técnicas e melhoria do Serviço de Defesa Agropecuária do Estado.
9. Realização do 53º AGROEX – Seminário do Agronegócio para Exportação em Araguaína, em novembro/2012, com participação de cerca de 200 agentes, produtores, técnicos, exportadores, industriais, etc.
10. Inauguração da Central de Comercialização de Flores Tropicais em Palmas com recursos de emenda parlamentar do MAPA.

Principais dificuldades para a realização dos objetivos da UJ

Em relação às principais dificuldades apontadas para a realização dos objetivos desta Unidade Gestora, podemos apontar a deficiência de servidores técnicos e administrativos e a própria infra-estrutura física da SFA/TO cujo espaço físico é insuficiente para abrigar adequadamente todas as áreas.

Palmas, 28 março de 2013

Jalbas Aires Manduca

1- IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES

1.1- Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro I - A.1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		Código SIORG: 14	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins			
Denominação Abreviada: SFA-TO			
Código SIORG: 14	Código LOA: 2105	Código SIAFI: 130.0180	
Situação: ATIVA			
Natureza Jurídica: Vide relação no texto descritivo		CNPJ: 00396895/0074-80	
Principal Atividade: Agricultura/pecuária		Código CNAE: A.01.61.9 e A.01.62.7	
Telefones/Fax de contato:	(063) 3219-4300	(063) 3219-4305	(063) 3219-4323
Endereço Eletrônico: gab-to@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Avenida NS 01, 201 Sul, Conjunto 02, Lote 07, Plano Diretor Sul – Palmas – TO			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Portaria Ministerial nº 290, DOU de 11 de maio de 1989, Portaria Ministerial nº 300, de 16 de junho de 2005, Publicada no DOU de 20 de junho de 2005.			
Normas Infralegis Relacionadas à Gestão e Estrutura da Unidade			
NÃO SE APLICA À UJ			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Contratação TI, de Gestão e Fiscalização de Contratos, de Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas, de Comunicações Administrativas, de Convênios, de Execução Orçamentária e Financeira, de Licitação e Contrato - L&C, de Material e Patrimônio, do Processo Administrativo Disciplinar – PAD e de Recursos Humanos			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código Siafi	Nome		
130018	Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código Siafi	Nome		
130018	Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código Siafi da Unidade gestora	Código Siafi da Gestão		
130018	130018		

1.2 - Finalidades e Competências Institucionais da Unidade

As Superintendências Federais de Agricultura são unidades descentralizadas do MAPA, consoante o Regimento Interno, aprovado pela Portaria 428 de 10/06/2010, descreve no Art. 1º suas competências.

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Tocantins, compete executar os seguintes Programas Nacionais componentes do PPA 2012/2015, através de ações finalísticas operacionais e sob a responsabilidade do Ministério:

Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.

Segurança da Sanidade na Agropecuária.

Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.

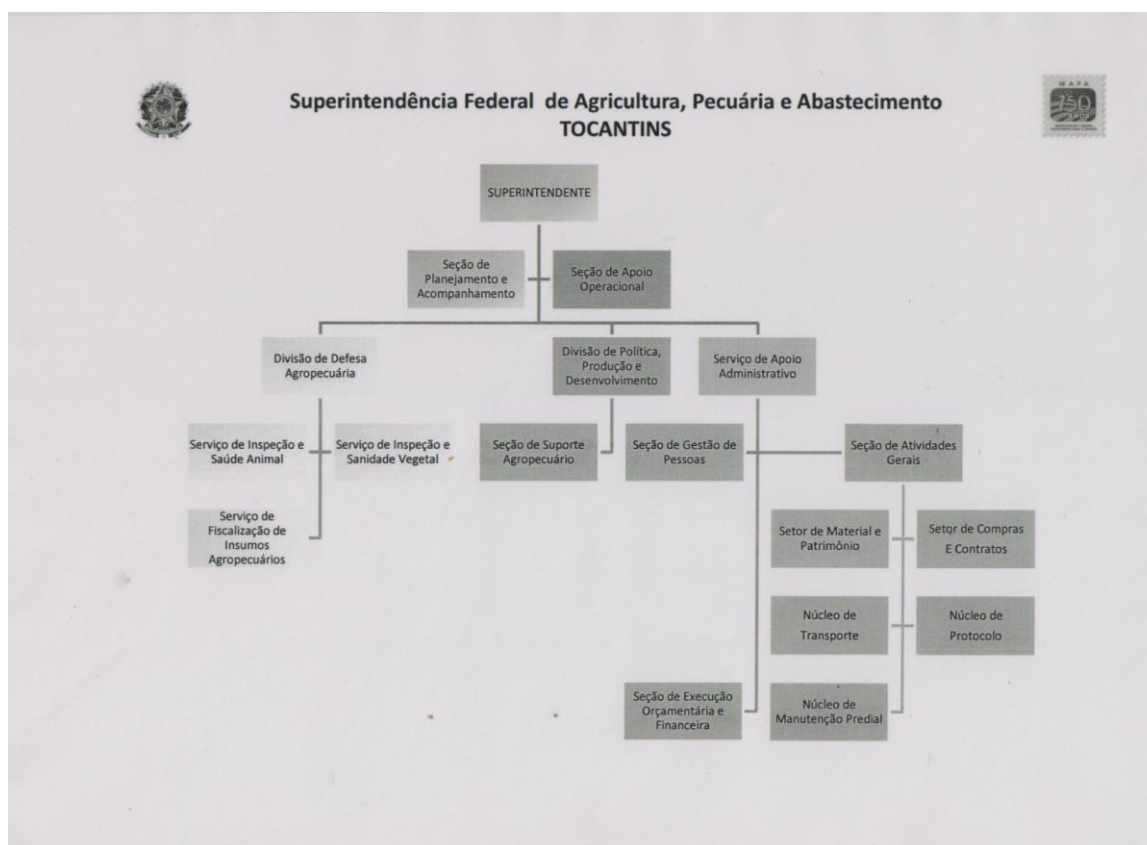
Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.

Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Biodiversidade

Apoio Administrativo.

1.3 Organograma Funcional



As áreas técnicas e administrativas estão estruturadas conforme preconiza o Regimento Interno das Superintendências do MAPA, tendo como Missão: “Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”.

As ações são executadas de acordo com Planos Operativos Anuais elaborados pelos responsáveis locais, conforme programas nacionais discutidos e aprovados em reuniões promovidas pelas Secretarias específicas da Sede do MAPA, em Brasília.

As avaliações relativas aos objetivos estratégicos são feitas com base em indicadores de desempenho, associados a cada um destes objetivos, tanto quantitativa quanto qualitativa e associadas às informações contidas no PPA 2012/2015. Salienta-se que os objetivos estratégicos são transversais, portanto, influenciados por um grande número de programas e ações do Ministério.

1.4 Macro Processos Finalísticos

1.4.1 Programa 2028: Defesa Agropecuária

Objetivo 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Iniciativa - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais.

Iniciativa - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais

Objetivo 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Iniciativa - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas.

Iniciativa - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários.

Iniciativa - Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM.

Objetivo 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

Iniciativa - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal.

Iniciativa - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal.

Iniciativa - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal

1.4.2 Programa 2013: Agricultura Irrigada

Objetivo 0170 - Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltada para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

Iniciativa - Realização de estudos e pesquisas direcionadas a redução das perdas de água em sistemas irrigados e a otimização de sua aplicação na agricultura irrigada, com vistas ao aumento de sua eficiência. MINO: Priorizar manejos agrícolas bem conduzidos, tais como a utilização do plantio direto, modernização tecnológica dos equipamentos, aumento da eficiência na condução e distribuição da água e a aferição dos métodos de cálculos das demandas hídricas.

1.4.3 Programa 2014: Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Objetivo 692: Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda

Iniciativa - Promoção e Imagem do Setor Agropecuário Brasileiro no Exterior

Objetivo 0743: Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários. (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

Iniciativa - Implantação de Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológica (UTD ou URT) em sistemas agropecuários de produção sustentável (ABC). MINO

Iniciativa - Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC).

Objetivo 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas

produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Iniciativa - Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada.

Iniciativa - Promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias

Iniciativa - Promoção do desenvolvimento da Agricultura Orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização.

Iniciativa - Formação de bancos comunitários de sementes e/ou mudas de variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes. MINO

1.4.4 - Objetivo 0747: Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Iniciativa - Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário

Iniciativa - Coordenação e fiscalização da atividade agrícola

Iniciativa - Elaboração de estudos que visem a redução do custo logístico da movimentação de produtos agropecuários destinados ao abastecimento e à exportação.

1.4.5 Programa 2042: Inovações para a Agropecuária

Objetivo 0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.

Iniciativa - Organização de cadeias produtivas para o uso das Indicações Geográficas e marcas coletivas – INDIGRAF

1.5 Macro Processos de Apoio

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento elabora anualmente programa de Apoio Administrativo (Manufas) que indica os principais objetivos que as Superintendências Federais devem alcançar em relação à área Administrativa, entre os quais se destacam-se : Capacitação de pessoal, manutenção dos bens imóvel e moveis, frota de veículos, equipamentos de informática e operacionalização de sistemas de controles, gerenciamento orçamentário e financeiro.

1.6 Principais Parceiros

No desenvolvimento de suas ações finalísticas no estado do Tocantins a SFA-TO conta com parceiros institucionais tanto nas esferas federais, estaduais e municipais. Merecem destaques as parcerias com o governo do Estado, principalmente através da SEAGRO, ADAPEC, RURALTINS e SIC, No âmbito federal destaca-se a parceria com a EMBRAPA PESCA E AQUICULTURA e na esfera municipal parcerias com algumas das principais Prefeituras do Estado..

2 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES

2.1 - Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria 428 de 10/06/2010, descreve no Art. 1º suas competências, quais sejam:

Art. 1º Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de:

- I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
- II - fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura;
- III - assistência técnica e extensão rural;
- IV - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;
- VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais;
- VII - planejamento estratégico e planejamento operacional;
- VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- X - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

Tais competências e atribuições estão alinhadas com o Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tanto no que se refere ao cumprimento da sua missão Institucional quanto aos Planos, Programas e Ações que dão suporte às ações puramente técnicas coordenadas, supervisionadas e executadas pela SFA – TO, no Estado do Tocantins, as quais estão consubstanciadas no presente Relatório de Gestão 2012, que ora está sendo divulgado, Nele está à avaliação dos programas e ações sob sua responsabilidade.

Algumas ações desenvolvidas em 2012 merecem destaque:

- 1 Participação da SFA/TO na AGROTINS em maio de 2012 no estande do MAPA onde foi montado um pequeno auditório para a realização de reuniões e palestras com o objetivo de orientar os Agentes Econômicos do Agronegócio do Tocantins com relação ao trabalho que a SFA/TO presta para a sociedade e também fornecer orientações técnicas sobre instruções normativas e demais normas técnicas que afetam os diversos segmentos do setor agropecuário.
- 2 Realização da oficina de Planejamento do Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono. – ABC com elaboração de documento, cronograma de atividades, etc.
- 3 Diversas Reuniões da Produção Integrada de Frutas, mais especificamente da Produção Integrada de Abacaxi que atualmente é referência nacional.
- 4 Participação nas campanhas de vacinação contra a febre aftosa com o objetivo de ressaltar a importância de o Estado manter o esforço para a consolidação do seu status sanitário.
- 5 Participação em dias de campo de Semente de Soja, Semente de Feijão na área de várzeas do Estado do Tocantins e Integração Lavoura Pecuária.
- 6 Reuniões com os diversos parceiros do agronegócio do Estado para a divulgação das normas do MAPA.
- 7 Diversas palestras de capacitação e divulgação de instruções normativas para profissionais das áreas de Entrepósitos de Pescado, Laticínios, Sementes e Mudanças, Frigoríficos de carnes, etc.
- 8 Orientações para a Agência de Defesa Agropecuária com vistas às supervisões técnicas e melhoria do Serviço de Defesa Agropecuária do Estado.
- 9 Realização do 53º AGROEX – Seminário do Agronegócio para Exportação em Araguaína, em novembro/2012, com participação de cerca de 200 agentes, produtores, técnicos, exportadores, industriais, etc.

10 Inauguração da Central de Comercialização de Flores Tropicais em Palmas com recursos de emenda parlamentar do MAPA.

Em relação às principais dificuldades apontadas para a realização dos objetivos desta Unidade Gestora, podemos apontar a deficiência de servidores técnicos e administrativos e a própria infra-estrutura física da SFA/TO cujo espaço físico é insuficiente para abrigar adequadamente todas as áreas.

A superação dessas dificuldades coloca-se como um dos fatores preponderantes para que o MAPA possa cumprir a sua missão institucional no Tocantins e contribuir para maior celeridade do crescimento do setor agropecuário do Estado que se encontra em franca expansão. Em decorrência disso houve aumento significativo das ações e serviços da Superintendência Federal de Agricultura do Estado do Tocantins. Com efeito, a título de exemplo, as exportações do agronegócio cresceram cerca de 32,63 em 2012, saindo de US\$ 485 milhões de dólares em 2011 para R\$ 643 milhões em 2012. O Complexo Soja cresceu cerca de 27,09% no período e carnes 22,63%. São ações típicas que tem a participação direta da SFA/TO, seja na coordenação e supervisão do Sistema de Defesa Agropecuária, seja no Sistema de Inspeção Federal presente em todos os frigoríficos habilitados para exportação.

Os Planos e projetos para o exercício 2013 envolvem forte atividade junto a Agência de Defesa Agropecuária do Estado no sentido de manter o status sanitário do Estado do Tocantins e ajustar as não conformidades do sistema. Nesse contexto, coloca-se como prioridade a habilitação do Tocantins para exportação de carne bovina para União Européia, processo que está em pelo curso e que pode ser concluído favoravelmente em 2013.

Implantação do Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono que é um dos programas prioritários do MAPA e do Governo Brasileiro. Expressiva ação na área de Gestão Estratégica com o monitoramento e acompanhamento dos indicadores de forma a dar um salto qualitativo em termos de gestão dos diversos programas e ações da SFA/TO. Ampliação da interlocução com os parceiros do agronegócio do Estado de modo a divulgar os trabalhos que a SFA/TO presta para a sociedade.

Tendo em vista o fato que esta SFA/TO passou por auditoria da Controladoria Geral da União em 2012, tem-se como principal foco em 2013, fazer cumprir o Plano de Providências proposto para atendimento das recomendações, com o intuito de convergir para a excelência administrativa, observando o controle interno, segregação de funções, eficácia e eficiência das ações técnicas e administrativas. Um dos pontos críticos para atingir tais objetivos é a deficiência de pessoal que provavelmente será minimizada com o concurso público do MAPA para técnicos e administrativos, recentemente autorizado.

A Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins acompanha o Mapa Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, ilustrado na figura abaixo, que tem abrangência de 2006 a 2015.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Mapa Estratégico

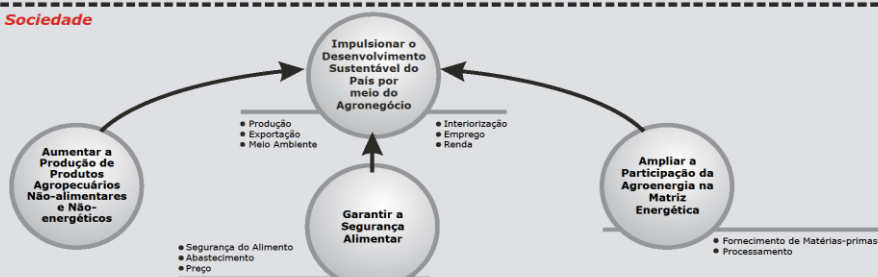
Missão

Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira

Visão

Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

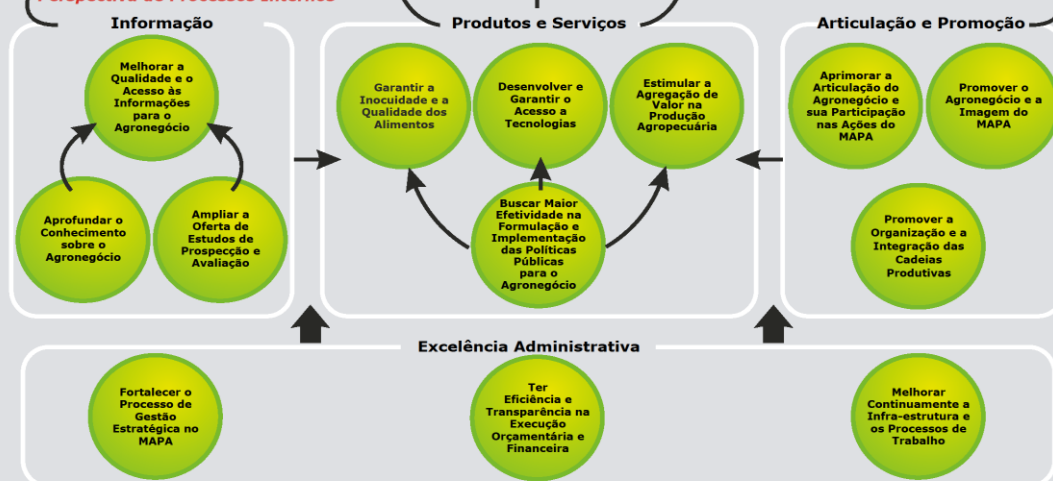
Perspectiva da Sociedade



Perspectiva do Agronegócio e Parceiros



Perspectiva de Processos Internos



Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento



Compete a SFA-TO desenvolver atividades vinculadas com os seguintes objetivos que constam do Mapa Estratégico:

- Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos

- Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio.
- Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária
- Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas
- Desenvolver e reter competências do corpo funcional

Para atender os objetivos estratégicos a SFA-TO planeja e executa supervisões, inspeções, fiscalizações, entre outras atividades vinculadas com as seguintes ações, iniciativas, objetivos e programas estabelecidos no PPA 2012-2013:

Programa 2028 – Defesa Agropecuária

1 Objetivo 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

1.1 **Iniciativa** - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais.

1.1.1 Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos

1.1.2 Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

1.2 **Iniciativa** - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais

1.2.1 Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa

1.2.2 Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

2. Objetivo 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

2.1. **Iniciativa** - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas.

2.1.1. Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

2.1.2. Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

2.1.3. Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças

2.2. **Iniciativa** - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários.

2.2.1. Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal

2.2.2. Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

2.2.3. Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

2.3 **Iniciativa** - Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM.

2.3.1. Ação 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

3. Objetivo 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

3.1 **Iniciativa** - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal.

3.1.1. Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

3.2. **Iniciativa** - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal.

3.2.1. Ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

3.3. **Iniciativa** - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal

3.3.1. Ação 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

2.2 Estratégia de Atuação Frente aos Objetivos Estratégico

Visando os objetivos estratégicos do MAPA e o PPA 2012-2015 a SFA-TO planeja suas ações de forma a contribuir com as metas e objetivos do Ministério da Agricultura, para isso, a

SFA-TO utiliza o Plano Operativo Anual – POA onde consta todo o planejamento das atividades do ano.

Os Planos Operativos Anuais são elaborados pela SFA-TO e submetidos à aprovação dos departamentos do MAPA que analisam se as atividades programadas estão de acordo com os objetivos, iniciativas e ações do Ministério da Agricultura.

Durante a execução dos POA's 2012 a carência de recursos humanos e a restrição anual de diárias por servidor, apresentaram risco ao cumprimento das metas, sendo necessária gestão da SFA-TO com a Secretaria Executiva do MAPA para autorizar as viagens dos servidores que ultrapassaram o limite de diárias estabelecido para o ano, minimizando, desta forma, os impactos sobre as ações programadas.

2.3 Execução do Plano de Metas ou Ações

2.4 Indicadores

2.4.1 Indicadores da Divisão de Defesa Agropecuária

2.4.1.1 Taxa de efetividade da fiscalização de insumos agropecuários.

Objetivo do Indicador: Medir a efetividade do cumprimento dos Planos Operativo Anual do Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários (animal e vegetal).

Composição do Indicador:

$(\text{N}^\circ \text{ de fiscalizações realizadas de insumos agropecuários} / \text{N}^\circ \text{ de fiscalizações programadas} - \text{POA 2012}) \times 100$

Resultado: $(830/891) \times 100 = 93,15\%$

2.4.1.2 Taxa de efetividade da supervisão/fiscalização, na área animal, nos estabelecimentos sob Serviço de Inspeção Federal e no órgão estadual de defesa agropecuária.

Objetivo do Indicador:

Medir a efetividade do cumprimento dos Planos Operativo Anual do Serviço de Inspeção e Saúde Animal.

Composição do Indicador:

$(\text{N}^\circ \text{ de supervisões/fiscalizações realizadas nos estabelecimentos com SIF e no órgão estadual de defesa agropecuária} / \text{N}^\circ \text{ de supervisões/fiscalizações programadas} - \text{POA 2012}) \times 100$

Resultado: $(267/298) \times 100 = 89,59\%$

2.4.1.3 Taxa de efetividade da inspeção/supervisão/fiscalização, na área vegetal, nos estabelecimentos de produtos de origem vegetal e no órgão estadual de defesa agropecuária.

Objetivo do Indicador:

Medir a efetividade do cumprimento dos Planos Operativo Anual do Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal.

Composição do Indicador:

$(\text{N}^\circ \text{ de inspeções/supervisões/fiscalizações realizadas nos estabelecimentos de produtos de origem vegetal e no órgão estadual de defesa agropecuária} / \text{N}^\circ \text{ de inspeções/supervisões/fiscalizações programadas – POA 2012}) \times 100$

Resultado: $(92/107) \times 100 = 85,98\%$

2.4.2 Indicadores da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário.

Objetivo do indicador: Medir a efetividade do cumprimento das demandas da SDC/MAPA

Taxa de efetividade ao atendimento das demandas da SDC/MAPA

Composição do Indicador:

$((\text{n}^\circ \text{ de convênios acompanhados} + \text{n}^\circ \text{ execução de fiscalizações de contratos de repasse encaminhados pela SDC/MAPA} + \text{n}^\circ \text{ de fiscalizações de empresas agrogrícolas}) / (\text{N}^\circ \text{ de solicitações de acompanhamento de convênio pela SDC/MAPA} + \text{n}^\circ \text{ de solicitações de fiscalização de contrato de repasse} + \text{n}^\circ \text{ de solicitação de fiscalização de empresas agrogrícolas})) \times 100$

$= (5/5 \times 7/7 \times 8/12) \times 100 = 83\%$

3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AUTO CONTROLE DA GESTÃO

3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro II - A.3.1 Avaliação do Sistema de Controle Interno da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	AVALIAÇÃO				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada,				X	

tempestiva, atual, precisa e acessível.					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			

Análise crítica

Superintendência Federal da Agricultura no Estado do Tocantins tem buscado implantar sua Estrutura de Controles Internos, porém, ainda, alguns aspectos necessitam ser melhorados.

Com relação ao ambiente de controle as principais carências recaem no envolvimento dos Servidores sobre a importância dos instrumentos. A Superintendência ainda não dispõe de um código de ética específico. Assim a SFA-TO vale-se dos instrumentos do próprio MAPA.

Como o número de servidores é bastante reduzido, principalmente nas áreas administrativas, torna-se quase impossível a segregação de funções, o que de certo modo dificulta a implantação de controles internos mais eficazes.

Nos aspectos relativos à Avaliação de Riscos, Procedimentos de Controle e Informação e Comunicação é que a SFA-TO apresenta maior grau de dificuldade não só em virtude do reduzido quadro de pessoal, mas também, em função da informalidade das relações, da falta de capacitação do pessoal administrativo e da própria cultura organizacional.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

4 - PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 - Informações Sobre Programas de PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 – Informações sobre ações de programas temáticos de responsabilidade da UJ

4.1.1.1 – Programa 2028: Defesa Agropecuária

Quadro III - A.4.1.1 Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos

Identificação da Ação						
Código	2134 (vinculado ao objetivo 0364, do programa 2028 – Defesa Agropecuária)					
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos					
Iniciativa	Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais					
Unidade Responsável	Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal (SISV/DDA/SFA-TO)					
Unidade Orçamentária	130018 – SFA-TO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 35.850,00 (POA)*	R\$ 4.027,40	R\$ 3.469,41	R\$ 3.469,41	---	---	R\$ 3.469,41
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Supervisão da fiscalização do trânsito interestadual	Nº Barreiras supervisionadas	13	---	R\$ 26.650,00	R\$ 0,00
2	Nº de participações em reuniões técnicas/treinamentos/capacitações	Unid.	01	01	R\$ 9.200,00	R\$ 3.469,41

*POA= Plano Operativo Anual: Encaminhado ao DSV/SDA/MAPA, via e-mail oficial, em 17/11/2011.

Análise Crítica da Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos

- **Cumprimento das metas:** não houve problemas de execução na fiscalização de partidas vegetais em barreiras fitozoosanitárias, as quais são executadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC), ou seja, das 7.776 fiscalizações previstas foram realizadas 7.984, o que corresponde ao índice de 102,67% de execução da meta física. No entanto, não foi possível ao SISV/DDA/SFA-TO realizar a meta física referente às supervisões das ações de vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais que são executadas pela ADAPEC, pelo fato desta ação (PI VIGIFITO1) contar com apenas 1 (um) FFA responsável, que responde, também, pela Chefia do Serviço (SISV/DDA/SFA-TO) e pela análise de viabilidade técnica de convênios entre o MAPA/SFA-TO e a ADAPEC. Portanto, faz-se extremamente importante a disponibilidade de mais Fiscais Federais Agropecuários (FFA) para que os resultados possam ser plenamente alcançados, uma vez que a força de trabalho do SISV/DDA/SFA-TO conta, apenas, com 03 (três) FFA's, que diante da diversidade e quantidade de ações/programas existentes no serviço (07 ações/atividades) mostra-se, sobremaneira, insuficiente.
- **Superações significativas das metas estabelecidas:** não se aplica.
- **Restos a pagar:** não houve restos a pagar, conforme tabela acima.

Quadro IV - A.4.1.2 Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Identificação da Ação						
Código	8572 (vinculado ao objetivo 0364, do programa 2028 – Defesa Agropecuária)					
Descrição	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais					
Iniciativa	Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais					
Unidade Responsável	Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal (SISV/DDA/SFA-TO)					
Unidade Orçamentária	130018 – SFA-TO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 46.380,00 (POA)*	R\$ 24.921,28	R\$ 24.851,74	R\$ 24.851,74	---	---	R\$ 24.851,74
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Supervisões/ Fiscalizações executadas	Unid.	14	10	R\$ 26.680	R\$ 10.676,80
2	Nº de participações em reuniões técnicas/treinamentos/capacitações	Unid.	02	02	R\$ 19.700	R\$ 14.174,94

*POA= Plano Operativo Anual: Encaminhado ao DSV/SDA/MAPA, via e-mail oficial, em 17/11/2011.

Análise Crítica da Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

- **Cumprimento das metas:** as metas físicas foram satisfatoriamente cumpridas. No entanto, não foi possível alcançar 100% de execução da meta física “*supervisões/fiscalizações executadas*”, que obteve 71,42% de execução. Isto deve-se ao fato da não liberação total dos recursos, bem como devido ao reduzido número de fiscais no serviço (cuja ação conta com a responsabilidade de apenas 1 FFA), além do agravante no limite para empenhos de despesas com diárias, passagens e locomoção após a publicação do Decreto N° 7.446/2011 que definiu que cada servidor não poderia exceder o limite de quarenta diárias intercaladas por ano. Isto posto, devido ao número reduzido de fiscais no serviço (como já mencionado) e pelo fato dos mesmos estarem envolvidos em outras ações, não foi possível cumprir as 14 supervisões/fiscalizações programadas (meta física). Além disto, visando otimizar o limite de diárias e o pequeno número de fiscais no serviço, houve a necessidade de reduzir o período de dias (duração) de cada supervisão/fiscalização, o que ocasionou redução da meta financeira realizada em relação à prevista. Não houve problemas de execução das ações referentes à Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais, as quais são executadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC), ou seja, dos 33.734 hectares previstos, foram realizados 34.545 hectares, o que corresponde ao índice de 102,40% de execução da meta física
- **Eventuais problemas de execução:** reduzido número de fiscais, não liberação total de recursos e limites impostos no número de diárias (conforme já exposto no item acima em maiores detalhes) que dificultaram o cumprimento da meta física na íntegra.
- **Superações significativas das metas estabelecidas:** não se aplica.
- **Restos a pagar:** não houve restos a pagar, conforme tabela acima.
- **Observação:** além dos valores descritos na tabela acima, o MAPA-Sede liberou recursos para a SFA-TO realizar a manutenção e o transporte de veículos da SFA-TO para a SFA de Roraima (SFA-RR), com a autorização da Secretaria-Executiva do MAPA, segundo informações da SFA-TO. Isto posto, visando atender a demanda apresentada pelo MAPA-Sede, a área administrativa da SFA-TO utilizou R\$ 16.047,30 (sendo R\$ 9.237,30 na natureza de despesa 339030 e R\$ 6.810,00 na natureza de despesa 339039) para realizar a manutenção e transporte dos veículos supracitados, tudo conforme constam nos processos n° 21056.000495/2010-81 e 21056.000242/2012-70. Como esta atividade não é uma ação de caráter técnico de responsabilidade do SISV/DDA/SFA-TO, mesmo porque o SISV-TO não teve participação sobre o assunto, estes resultados não foram inseridos nas células da tabela acima referente à ação 8572.

Quadro V - A.4.1.3 Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa

Identificação da Ação						
Código	4842					
Descrição	Erradicação da Febre Aftosa. (Departamento de Saúde Animal - DSA/SDA)					
Iniciativa	Código 012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais					
Unidade Responsável	Superintendência Federal de Agricultura no Tocantins – SFA-TO					
Unidade Orçamentária	130018 - SFA/TO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 3.377.558,90	R\$ 3.375.061,91	R\$ 3.377.558,90	R\$ 3.375.061,91	-----	-----	R\$ 3.375.061,91
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Supervisões realizadas em Unidades Veterinárias Locais da ADAPEC	Supervisões realizadas	18	15	R\$ 6.977,41	R\$ 9.474,40

Análise Crítica

As supervisões em Unidades Veterinárias Locais da Agência de Defesa Agropecuária do estado do Tocantins, ADAPEC-TO, são as ações que o SISA pratica para avaliar as ações pertinentes ao Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa - PNEFA e que são executadas por aquela agência. Durante as supervisões são analisados o cumprimento dos aspectos técnicos pertinentes ao PNEFA e englobam também supervisões em lojas agropecuárias, propriedades rurais e aglomerações de animais. As atividades têm como objetivo final a manutenção da condição sanitária na zona livre de febre aftosa reconhecida pela organização mundial de saúde animal (OIE) e também aumentar os índices de atendimento a notificações dentro do prazo estabelecido, de 82 para 100%, conforme estabelecido no PPA 2012-2015.

O índice de cumprimento das metas físicas da ação atingiu 83,33%, sendo realizadas quinze supervisões das dezoito planejadas inicialmente, no Plano Operativo Anual (POA) do SISA. O não cumprimento de 100% da meta estabelecida deveu-se ao fato de o SISA dispor de apenas um Fiscal Federal Agropecuário responsável pela ação, e o mesmo ter ficado impossibilitado de realizar atividades de campo durante praticamente todo o primeiro semestre devido à necessidade de acompanhamento e elaboração de parecer de viabilidade técnica em convênio proposto pelo órgão executor e aprovado pelo Ministério da Agricultura.

A execução financeira atingiu 73,64% do planejado inicialmente, sendo que este número deveu-se, sobretudo ao não cumprimento de 100% da meta física.

Em 2012 foram liberados R\$ 3.368.084,50 para o convênio estabelecido entre o MAPA e a ADAPEC-TO. Os recursos são destinados a estruturação e manutenção daquela já existente para o cumprimento da execução das atividades do serviço de defesa.

Um dos objetivos (regionalizado) estabelecidos no PPA 2012-2015 pertinente ao PNEFA é de que todo o território estadual mantivesse o status de zona livre de febre aftosa com vacinação reconhecida pela OIE, este objetivo foi totalmente atingido.

Outro objetivo estabelecido no PPA 2012-2015 pertinente ao PNEFA é ampliar dos 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de síndromes Vesicular. Os atendimentos de suspeitas são realizados pela Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins – ADAPEC-TO. Durante o ano de 2012 foram notificadas treze suspeitas de enfermidade vesicular no estado, sendo que doze foram atendidas no prazo estabelecido de doze horas e apenas uma fora do prazo o que resultou em um índice de conformidade de 92%, portanto próximo do resultado esperado, que seria de 100%.

A despeito do não cumprimento de 100% das metas físicas, os resultados alcançados no exercício de 2012 foram ao encontro dos objetivos propostos no PPA 2012-2015.

Quadro VI - A.4.1.4 Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Identificação da Ação						
Código	8658					
Descrição	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais. (DSA/SDA)					
Iniciativa	Código 012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais					
Unidade Responsável	130018 - Superintendência Federal de Agricultura no Tocantins – SFA-TO					
Unidade Orçamentária	Serviço de Inspeção e Saúde Animal-SISA/DDA/SFA/TO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$105.391,20	R\$87.253,08	R\$105.391,20	R\$87.253,08	-	-	R\$87.253,08
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Supervisões no órgão estadual de defesa sanitária animal, propriedades rurais, e estabelecimentos avícolas e médicos veterinários habilitados.	Supervisão Realizada	92	95	105.391,20	87.253,08

Análise Crítica

A ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais, compreende os Seguintes programas sanitários: Programa Nacional de Sanidade de Equídeos – PNSE, Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA, Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos-PNSS, Programa Nacional de controle da erradicação da brucelose e tuberculose-PNCEBT, Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros-PNCRH e são executados de forma descentralizada, pela Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins – ADAPEC-TO, contudo a coordenação e supervisão regional dos mesmos são realizadas por técnicos da Superintendência Federal de Agricultura, SFA-TO.

As atividades desenvolvidas pelo SISA tem por finalidade supervisionar as ações desenvolvidas pela ADAPEC-TO nas suas Unidades Veterinárias Locais, bem como propriedades rurais, estabelecimentos avícolas e médicos veterinários habilitados pelo SISA para atender os programas nacionais PNSA e PNCEBT.

Em 2012 foram disponibilizados R\$775.153,20 para o convênio firmado entre o MAPA e a ADAPEC. Os recursos tem como finalidade estruturar e manter a estrutura existente do órgão de defesa estadual.

O índice de cumprimento das metas físicas atingiu **103,26%**. Os resultados alcançados pelo Serviço foram satisfatórios baseado na estratégia de atuação e metas de cada programa sanitário.

Quanto a meta financeira, foram gastos 82,79% do planejado inicialmente. O resultado não comprometeu a execução das metas físicas como demonstrado acima.

O objetivo estabelecido no PPA 2012-2015 pertinente a ação PCEANIMAL é ampliar de 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de doença Hemorrágica dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves. Os atendimentos de suspeitas são realizados pela Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins – ADAPEC-TO. Durante o ano de 2012 foram notificadas 69 suspeitas dessas enfermidades no estado, sendo que 67 foram atendidas no prazo estabelecido de doze horas e apenas duas fora do prazo o que resultou em um índice de conformidade de 97%, portanto próximo do resultado esperado, que seria de 100%. A despeito do não cumprimento de 100% das metas físicas, os resultados alcançados no exercício de 2012 foram ao encontro dos objetivos propostos no PPA 2012-2015.

Apesar do contingenciamento de diárias, determinada pelo governo federal ter prejudicado pontualmente as ações, principalmente no início do segundo semestre, a situação foi resolvida posteriormente permitindo ao SISA superar as metas previstas inicialmente para esta ação.

Os trabalhos do SISA no PCEANIMAL são, parte do processo de atenção veterinária do MAPA e possibilita a manutenção de status sanitários de saúde animal, dando ao Estado do Tocantins, condição necessária para manter e conquistar novos mercados.

Quadro VII - A.4.1.5 Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Identificação da Ação						
Código	2909					
Descrição	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins					
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas					
Unidade Responsável	130018 - Superintendência Federal de Agricultura no Tocantins – SFA-TO					
Unidade Orçamentária	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/SFA-TO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.359,82	12.359,82	8.859,00	8.859,00			8.859,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	FISCALIZAÇÃO	Nº	03	03	5.110,40	0.00
02	TREINAMENTOS E REUNIÕES	Nº	04	03	12.359,82	8.860,42

Análise Crítica Meta 01: FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução de fiscalizar produtos registrados, entidades credenciadas, trânsito interestadual, e denúncias do uso irregular, dessa forma em nosso estado por não possuímos estabelecimentos produtores estas atividades foi exclusivamente nas estações experimentais com agrotóxicos e afins. Como medidas de educação sanitária rotineiramente em conjunto com o Órgão estadual de fiscalização são realizadas fiscalizações nas Centrais de Recebimentos de Embalagens Vazias de Agrotóxicos.

Neste ano, as fiscalizações deste Plano Operacional foram plenamente tendo o objetivo esperado pelo serviço. Esclarecemos que estas fiscalizações foram realizadas em conjunto com o **Serviço de Inspeção Vegetal - SISV**, nas atividades do plano operacional FISCOGEN, portanto sem gasto e nem disposição de recursos.

Análise Crítica Meta 02: TREINAMENTOS E REUNIÕES EXTERNAS

Já na área de treinamentos foram disponibilizados recursos, utilizados para custeio de despesas com viagem do chefe do SEFAG/DDA/SFA-TO, para Reunião dos chefes de SEFAG's, SEFISV's e SEFIA's, em Brasília – DF e de um Inspetor Agropecuário Estadual da ADAPEC – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins e Fiscal Federal Agropecuário, para participação em Cursos/Reunião Técnica Nacional (10º ENFISA)

Quadro VIII - A.4.1.6 Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Identificação da Ação						
Código	2141					
Descrição	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes					
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas					
Unidade Responsável	130018 - Superintendências Federal de Agricultura no Tocantins – SFA-TO					
Unidade Orçamentária	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/SFA-TO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
31.248,27	31.248,27	31.148,27	29.038,37	-	100,00	28.938,37
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES E CORRETIVOS AGRÍCOLAS*	Nº	208	227	19.760,00	16.356,62
02	TREINAMENTOS E REUNIÕES EXTERNAS	Nº	05	05	20.116,90	12.681,75
TOTAL					39.876,90	29.038,37
* A meta fiscalização de fertilizantes e corretivos agrícolas, envolve todas as ações desenvolvidas nas fiscalizações de fertilizantes e corretivos, bem como, as coletas de amostras para averiguação das garantias registradas/declaradas pelos fabricantes destes insumos.						

Análise Crítica Meta 01: FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES E CORRETIVOS AGRÍCOLAS

O valor gasto com todas as ações do plano interno PI FISFECOI, foi de R\$ 29.038,37. Os recursos efetivamente demandados para a execução da meta 01 (fiscalizar fertilizantes e corretivos de agrícolas) foi de R\$ 16.356,62, então o custo por fiscalização (recurso gasto nas fiscalizações dividido pelo nº de fiscalizações realizadas) foi de R\$ 16.356,62 / 227 = **R\$ 72,05**.

No que se refere à EFICIENCIA, podemos afirmar que o desempenho foi altamente satisfatório, uma vez que conseguiu cumprir 109,13% da meta física programada com gastos da ordem de 82,78% do programado, demonstrando a EFICÁCIA, e, ao mesmo tempo, atendendo ao princípio constitucional da ECONOMICIDADE.

Em restos a pagar ficou o valor de R\$ 100,00 para o ano subsequente, para quitação do restante do valor das despesas com combustíveis.

Análise Crítica Meta 02: TREINAMENTOS E REUNIÕES EXTERNAS

Na execução da meta 02 foram gastos os valores de R\$ 12.681,75 com diárias e passagens aéreas para participação em treinamentos e reuniões fora do estado.

Quanto ao princípio da EFICIÊNCIA, podemos afirmar que o desempenho foi totalmente satisfatório, uma vez que conseguiu cumprir 100,00% da meta física programada. Quanto à meta financeira, os gastos foram da ordem de 63,04% do programado, que visualmente se vê que foram abaixo do programado, pelo motivo de dois eventos estarem programados para ocorrerem em capitais e os mesmos ocorreram em cidades do interior do estado, com valores de diárias bem abaixo dos programados. Contudo, acreditamos que se atendeu aos princípios da EFICÁCIA e da ECONOMICIDADE.

Apesar do contingenciamento dos recursos, o Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG-TO adequou suas metas e com isso não houve o comprometimento na execução das metas estabelecidas.

Quadro IX - A.4.1.7 Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudas

Identificação da Ação						
Código	2179					
Descrição	Fiscalização de Sementes e Mudas					
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas					
Unidade Responsável	130018 - Superintendência Federal de Agricultura no Tocantins – SFA-TO					
Unidade Orçamentária	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/SFA-TO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
47.947,50	61.333,00	44.077,00	43.896,00			
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	FISCALIZAÇÕES*	Nº	253	307	47.739,00	27.146,15
02	TREINAMENTOS E REUNIÕES	Nº	15	6	40.968,90	16.749,85
<p>* Envolve fiscalização de estabelecimentos, fiscalização de campos de sementes, áreas, viveiros e plantas e fiscalização de produto.</p> <p>As metas físicas previstas foram totalmente executadas, inclusive com incremento no número de fiscalizações.</p> <p>O custo por fiscalização = recurso gasto nas fiscalizações dividido pelo nº de fiscalizações realizadas, ou seja, R\$ 27.146,15/307 = R\$ 88,42.</p> <p>No que se refere à EFICIENCIA, podemos afirmar que o desempenho da equipe foi satisfatório, uma vez que conseguiu cumprir 121,3% da meta física programada com gastos da ordem de 56,9% do programado, demonstrando a EFICÁCIA e, ao mesmo tempo, atendendo ao princípio constitucional da ECONOMICIDADE.</p>						

Análise crítica

A fiscalização de sementes e mudas contou apenas com um servidor em dedicação exclusiva e outro com cerca de 60% do tempo dedicado a fiscalização de mudas, para executar a programação. Entendemos que os resultados foram de grande relevância para os usuários de sementes, contribuindo desta forma para o alcance dos objetivos estratégicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cuja meta em 2015 é ser RECONHECIDO PELA QUALIDADE E AGILIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO. Podemos concluir que os trabalhos alcançaram o seu objetivo de levar benefícios à sociedade como um todo.

Para melhor atendimento aos objetivos propostos neste plano interno faz-se necessário a existência de mais Fiscais atuando na área.

Quadro X - A.4.1.8 Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal

Identificação da Ação						
Código	2019					
Descrição	Fiscalização de Material Genético Animal					
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários					
Unidade Responsável	130018 - Superintendência Federal de Agricultura no Tocantins – SFA-TO					
Unidade Orçamentária	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/SFA-TO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.393,58	1.393,58	1.393,58	1.333,05	0,00	0,00	1.333,05
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	FISCALIZAÇÃO	Nº	08	08	1.393,58	1.333,05

Análise Crítica

As fiscalizações deste Plano Operacional foram realizadas durante viagens realizadas ao longo do ano de 2012. Foram realizadas 08 fiscalizações de estabelecimentos, sendo 04 delas para obtenção de registro dos mesmos junto ao MAPA e 04 para que os mesmos corrigissem não conformidades.

O valor gasto com todas as ações do plano interno PI FISCGENE, foi de R\$ 1.393,58. Os recursos efetivamente demandados para a execução da meta 01 (fiscalizar estabelecimentos que comercializam e/ou produzem material de multiplicação animal) foi de R\$ 1.333,05, então o custo por fiscalização (recurso gasto nas fiscalizações dividido pelo nº de fiscalizações realizadas) foi de R\$ 1.333,05 / 8 = **R\$ 166,63**.

No que se refere à EFICIENCIA, podemos afirmar que o desempenho foi altamente satisfatório, uma vez que conseguiu cumprir 100,00% da meta física programada gastando-se 95% do programado, demonstrando a EFICÁCIA, e, ao mesmo tempo, atendendo ao princípio constitucional da ECONOMICIDADE.

Também houve um incremento das ações em relação a 2011, já que foram realizadas o dobro das fiscalizações executadas no ano anterior e também a correção das não conformidades verificadas nos estabelecimentos fiscalizados em 2011. Atualmente, todos os estabelecimentos existentes no Estado encontram-se registrados e em conformidade com a legislação vigente.

Quadro XI - A.4.1.9 Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

Identificação da Ação						
Código	2124					
Descrição	Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal					
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários					
Unidade Responsável	130018 - Superintendência Federal de Agricultura no Tocantins – SFA-TO					
Unidade Orçamentária	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/SFA-TO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
141.430,00	23.773,59	22.259,59	22.259,59	22.259,59	0,00	22.259,59
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalizações realizadas	Nº	132	170	23.773,59	22.259,59*
2	Coletas de amostras realizadas	Nº	212	218	-	-
	Total		344	388	23.773,59	22.259,59

* O valor da meta financeira prevista e realizada usado no cálculo de fiscalizações compreende as coletas de amostras, denúncias, auditorias e fiscalizações de rotina; portanto, corresponde ao somatório do custo de toda ação realizada no ano de 2012.

A discrepância ocorrida entre a dotação inicial e a final foi em função da previsão de aquisição de um veículo (pick-up cabine dupla 4x4), orçado no valor de R\$ 111.000,00 (cento e onze mil reais). A compra não foi executada porque não houve disponibilização de recursos para investimento.

Análise Crítica

O valor gasto com todas as ações do plano interno: PI-FISCINAN, foi de **R\$ 22.259,38**. Esse montante foi efetivamente gasto para execução das metas, sendo utilizado para o pagamento de diárias, combustível e material de consumo. O custo de cada fiscalização pode ser obtido através da divisão do valor total empregado pelo número de fiscalizações realizadas (**R\$ 22.259,59/170 = R\$ 130,94**).

Metas Físicas e Financeiras:

Os resultados alcançados foram positivos, inclusive com um número de fiscalizações realizadas superior ao previsto. Esse fato proporcionou aumento da implantação do conjunto de procedimentos operacionais chamado de **Boas Práticas de Fabricação (BPF)**, que são importantes para fabricar produtos com maior segurança e conformidade. Quanto aos resultados das análises realizadas nas amostras de produtos, a grande maioria apresentou resultado dentro dos padrões estabelecidos, inclusive com um índice de conformidade superior ao obtido no ano anterior. Especificamente em relação às análises de microscopia, microbiologia (pesquisa de *Salmonella* spp.) e medicamentos, todas as amostras ficaram dentro dos padrões.

Quanto a EFICIÊNCIA podemos afirmar que o desempenho foi muito bom, uma vez que superou em **28,78%** a meta física programada e com gastos da ordem de **93,63%** do programado, demonstrando a EFICÁCIA, e, ao mesmo tempo, atendendo ao princípio constitucional da ECONOMICIDADE.

Entendemos que os resultados apresentados foram de grande relevância para os usuários de alimentos para alimentação animal contribuindo desta forma para o alcance dos objetivos estratégicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cuja meta em 2015 é ser RECONHECIDO PELA QUALIDADE E AGILIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO.

Quadro XII - A.4.1.10 Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Identificação da Ação						
Código	2140					
Descrição	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário					
Iniciativa	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários					
Unidade Responsável	130018 - Superintendência Federal de Agricultura no Tocantins – SFA-TO					
Unidade Orçamentária	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/SFA-TO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
37.170,15	37.170,15	37.170,15	33.957,40			33.957,40
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização	UN	287	115	54.128,00	33.957,40

Análise Crítica

O corte orçamentário no PI e a determinação da coordenação de produtos veterinários para que não fossem feitas as fiscalizações programadas, não permitiu o cumprimento da meta estabelecida, o que prejudicou o consumidor de produtos veterinários já que o fato impediu a apreensão de produtos irregulares e autuação a estabelecimentos que não estivessem em conformidade com a legislação. Avaliando a questão da conformidade dos estabelecimentos e consequentemente dos produtos oferecidos aos consumidores, observamos que as porcentagens de estabelecimentos não conformes que vinham em decréscimo praticamente estagnaram, em função da diminuição do número de estabelecimentos fiscalizados pelo contingenciamento de recursos nos últimos dois anos 2011 e 2012 conforme mostra

a tabela abaixo. Cabe aqui chamar atenção que R\$ 26.091,32 (vinte e seis mil noventa e um reais e trinta e dois centavos) dos recursos disponibilizados foram utilizados na inutilização de produtos veterinários apreendidos e armazenados nesta SFA-TO desde 2010.

ANO	Nº DE ESTAB. FISCALIZADOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS NÃO CONFORMES	% ESTABELECIMENTOS NÃO CONFORMES
2007	23	16	69,57%
2008	66	23	34,85%
2009	172	68	39,53%
2010	277	91	32,85%
2011	58	11	18,96%
2012	115	21	18,26%

Quadro XIII - A.4.1.11 Ação 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

Identificação da Ação						
Código	4745 (vinculado ao objetivo 0368, do programa 2028 – Defesa Agropecuária)					
Descrição	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados					
Iniciativa	Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM					
Unidade Responsável	Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal (SISV/DDA/SFA-TO)					
Unidade Orçamentária	130018 – SFA-TO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 14.268,00 (POA)*	R\$ 12.130,66	R\$ 11.240,55	R\$ 11.240,55	---	---	R\$ 11.240,55
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização das Atividades com OGM (Nº)	Unid.	30	37	R\$ 14.268,00	R\$ 7.999,29
2	Nº de participações em reuniões técnicas/treinamentos/capacitações	Unid.	00	01	R\$ 0,00	R\$ 3.241,26

*POA= Plano Operativo Anual

Análise Crítica da Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

- Cumprimento das metas:** a execução das fiscalizações permite verificar se a condução de atividades de pesquisa e cultivos comerciais de cultivares geneticamente modificadas estão sendo realizados em conformidade com a legislação pertinente. As metas foram amplamente cumpridas e apresentaram resultados satisfatórios, sem a ocorrência de irregularidades. Os custos para a execução da meta física de “fiscalização das atividades com OGM” foram menores que as previstas, o que corrobora com uma melhor utilização dos recursos públicos para as atividades desempenhadas. A economia dos recursos foi pelo fato de ter sido dispensado o uso de motorista oficial em boa parte das ações de fiscalização. Outro fator que permitiu a economia dos recursos é que parte das propriedades fiscalizadas encontravam-se relativamente próximas umas das outras, o que permitiu otimizar o cumprimento da meta física reduzindo a necessidade de realizar novos deslocamentos e, por consequência, a redução da necessidade de recursos. Portanto, toda esta soma de fatores acabou contribuindo pela melhor utilização dos recursos públicos ao cumprir a meta física de fiscalização com recursos menores que o previsto.
- Eventuais problemas de execução:** não houve problemas para execução da ação. Entretanto, a título de esclarecimento, com o contingenciamento de recursos, devido à publicação do Decreto N° 7.446/2011, que estabeleceu limites e procedimentos para empenhos de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2012, onde ficou definido que cada servidor não poderia exceder o limite de mais de 40 (quarenta)

diárias intercaladas por ano, houve a necessidade do responsável técnico desta ação ter que conciliar as diárias entre este PI (FISCORGEN) e o PI PCEVEGETAL.

- **Superações significativas das metas estabelecidas:** a meta física referente ao número de fiscalização foi superior à programada. Isto deve-se, conforme já descrito acima, pelo fato de parte das propriedades fiscalizadas encontrarem-se relativamente próximas umas das outras, o que permitiu otimizar o cumprimento da meta física. Ou seja, o rendimento operacional das ações de fiscalização superou a expectativa prevista.
- **Restos a pagar:** não houve restos a pagar, conforme tabela acima.

Quadro XIV - A.4.1.12 Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

Identificação da Ação						
Código		8938				
Descrição		Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (DIPOA/SDA)				
Iniciativa		Código 0278 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal				
Unidade Responsável		130018 - Superintendência Federal de Agricultura no Tocantins – SFA-TO				
Unidade Orçamentária		Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA/DDA/SFA/TO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$120.765,97	R\$ 120.265,97	R\$120.265,97	R\$107.137,79		-	R\$ 107.137,79
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Supervisão/Fiscalização em Estabelecimentos/treinamentos de servidores/qualificação/reuniões técnicas	unidade	188	157	R\$ 120.265,97	R\$ 107.137,79

Análise Crítica

A quantidade de metas físicas realizadas em função do número de ações programadas, que representa todo o esforço do Serviço para atingir o desempenho esperado, obteve um desempenho altamente satisfatório.

Neste exercício o Índice de conformidade de produtos de origem animal $(0,7 * (\text{n}^\circ \text{relatórios de auditoria e supervisão conformes} / \text{n}^\circ \text{total relatórios de auditoria e supervisão}) + 0,3 * (\text{n}^\circ \text{de amostras de produtos em conformidade} / \text{total de amostras analisadas}))$ obteve-se o seguinte resultado: 0,8920 o que comparado ao índice do ano anterior que foi de 0,8122, representou uma melhora de 8,9%. Resultou em impactos positivos na conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal, o índice realizado ficou acima da meta nacional em 14,20%.

Um dos objetivos a nível nacional estabelecidos no PPA 2012-2015 pertinente a Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal, é ampliar de 76% para 90% a conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal, e este objetivo foi totalmente atingido.

A diferença entre as quantidades programadas e realizadas deve-se a paralisação temporária de atividades em empresas fiscalizadas, reduzindo o número de supervisões e fiscalizações. Nas metas Treinamentos de servidores/qualificação e Reuniões técnicas, em razão de contingenciamento de recursos e priorização de supervisões e fiscalizações, foi feita uma correção da previsão ao longo exercício, com a finalidade de minimizar o impacto sobre a qualidade dos serviços prestados.

A maior parte das ações previstas teve bom desempenho nas quantidades e qualidades previstas nas normas e orientações do MAPA. Em virtude destes resultados, pode-se afirmar que os consumidores têm consumido produtos de origem animal de melhor qualidade e confiabilidade e o trabalho da inspeção/fiscalização durante supervisões/inspeções, tem atingido seus objetivos.

Quadro XV - A.4.1.13 Ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Identificação da Ação						
Código	8939 (vinculado ao objetivo 0570, do programa 2028 – Defesa Agropecuária)					
Descrição	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal					
Iniciativa	Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal					
Unidade Responsável	Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal (SISV/DDA/SFA-TO)					
Unidade Orçamentária	130018 – SFA-TO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 48.106,40 (POA)*	R\$ 12.933,60	12.933,60	12.076,60	---	---	12.076,60
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Inspeção em estabelecimentos produtores	Nº inspeções realizadas (unid.)	29	30	12.933,60	12.076,60

* POA: Plano Operativo Anual

Análise Crítica da Ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

- **Cumprimento das metas:** como pode ser visualizado, as metas propostas foram alcançadas. Ao contabilizar 30 inspeções realizadas, em um universo de 24 empresas registradas, conota-se que todas as empresas foram inspecionadas pelo menos uma vez, o que caracteriza uma presença constante da equipe de fiscalização de bebidas nos estabelecimentos industriais. Os resultados analíticos das amostras de controle indicam que os produtos estão sendo elaborados conforme preconiza a legislação pertinente, exceto para um caso isolado de um produtor de cachaça, que o seu produto apresentou-se por duas vezes fora dos padrões de identidade e qualidade previsto pelo MAPA.
- **Eventuais problemas de execução:** não houve problemas diretos de execução nas metas programadas. No entanto, não é aconselhável as inspeções serem realizadas nas indústrias por tão somente um fiscal. Por esta razão, entende-se que este fato faculta um problema indireto a ser sanado.
- **Superações significativas das metas estabelecidas:** não foi verificada nenhuma excepcionalidade.
- **Restos a pagar:** não houve restos a pagar, conforme tabela acima.

Quadro XVI - A.4.1.14 Ação 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Identificação da Ação						
Código	4746 (vinculado ao objetivo 0570 do programa 2028 - Defesa Agropecuária)					
Descrição	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais					
Iniciativa	Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal					
Unidade Responsável	Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal (SISV/DDA/SFA-TO)					
Unidade Orçamentária	130018 – SFA-TO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 15.021,44 (POA)*	R\$ 15.021,44	R\$ 15.021,44	R\$ 11.853,49	----	----	R\$ 11.853,49
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização em estabelecimentos classificadores/embaladores/comerciais	Unid.	21	15	R\$ 15.021,44	R\$ 11.853,49

* POA: Plano Operativo Anual

Análise Crítica da Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

- **Cumprimento das metas:** como é do conhecimento da CGQV e DIPOV, as ações relacionadas à *Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais*, no SISV/DDA/SFA-TO, estão prejudicadas por falta de FFA. Conforme relatado oportunamente, no campo comentários do SIPLAN/2012, ficou acordado em reunião com a CGQV e DIPOV, realizada no encontro nacional do setor, em julho de 2012, na cidade de Foz de Iguaçu – PR, que daquele mês em diante o mesmo FFA responsável pelo PI IPVEGETAL2 (área de bebidas), atuaria, mesmo que de maneira parcial, na área do PI PADCLASSIF (área de classificação). Entretanto, apesar do esforço, foi realizado 71% da meta física prevista (corrigida). De qualquer forma, espera-se que tal situação sirva de parâmetro para a CGQV/DIPOV, no que se refere ao planejamento das metas físicas para o próximo ano (2013). Em síntese, que se considere todo o exposto, bem como as gestões feitas anteriormente sobre as reais condições da força de trabalho do SISV-TO para as futuras programações. Caso contrário os resultados serão aquém do programado, pois a programação sempre será acima da capacidade operacional do serviço.
- **Eventuais problemas de execução:** reduzido número de fiscais, conforme já exposto no item acima em maiores detalhes, o que obstou o cumprimento da meta física na íntegra.
- **Superações significativas das metas estabelecidas:** não se aplica.
- **Restos a pagar:** não houve restos a pagar, conforme tabela acima.

4.1.1.2 Programa 2013: Agricultura Irrigada

Quadro XVII - A.4.2.1 Ação 20QX Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias, Estudos e Pesquisas afins em

Identificação da Ação						
Código		20QX				
Descrição		Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias, Estudos e Pesquisas afins em Agricultura Irrigada				
Iniciativa		Realização de estudos e pesquisas direcionadas a redução das perdas de água em sistemas irrigados e a otimização de sua aplicação na agricultura irrigada, com vistas ao aumento de sua eficiência. MINO: Priorizar manejos agrícolas bem conduzidos, tais como a utilização do plantio direto, modernização tecnológica dos equipamentos, aumento da eficiência na condução e distribuição da água e a aferição dos métodos de cálculos das demandas hídricas.				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Tocantins				
Unidade Orçamentária		130018 – SFA-TO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
*	*	795,57	795,57	-	795,57	*
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar Visitas Técnicas para dimensionamento de irrigação	Visita técnica realizada	-	2	-	795,57

Agricultura Irrigada

* A ação 20QX não é regionalizada. Despesa empenhada sem conhecimento da dotação orçamentária, mediante descentralização orçamentária nesse valor. Estes dados são prestados pelo CAN no relatório da SDC/MAPA. Por tratar-se de ação que teve início no ano de 2012, as atividades por ele custeadas foram incipientes e poucas demandas pela SDC/MAPA.

As visitas técnicas tiveram como objetivo o dimensionamento de irrigação para bananal, promovendo o redimensionamento do sistema de irrigação por microaspersão e melhorando a eficiência de aplicação de água na cultura.

4.1.1.3 - Programa 2014: Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Quadro XVIII - A.4.3.1- Ação 8548 Promoção e Imagem dos Produtos Agropecuários Brasileiros no Exterior

Identificação da Ação						
Código		8548				
Descrição		Promoção e Imagem dos Produtos Agropecuários Brasileiros no Exterior				
Iniciativa		Promoção e Imagem do Setor Agropecuário Brasileiro no Exterior				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Tocantins				
Unidade Orçamentária		130018 – SFA-TO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
*	*	1.502,96	1.502,96	-	1.502,96	*
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Apoiar a realização do AGROEX	Evento apoiado	-	1	1.502,96	1.502,96

* A ação 8548 não é regionalizada. As despesas são empenhadas sem conhecimento da dotação orçamentária, mediante descentralização orçamentária nesse valor. Estes dados são prestados pelo CAN no relatório da SRI/MAPA. Os recursos foram disponibilizados para pagamento de diárias e combustível, pela SDC/MAPA, com objetivo da SFA-TO apoiar a realização do evento AGROEX - Seminário do Agronegócio para Exportação, realizado pelo MAPA em Araguaína – TO no dia 22/11/2012.

Quadro XIX - A.4.3.2- Ação 8593 Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC). (SDC) - Produto: Unidades de Teste e Demonstração (UTD) / Unidades de Referência Tecnológica (URT) implantadas

Identificação da Ação						
Código	8593					
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC). (SDC) - Produto: Unidades de Teste e Demonstração (UTD) / Unidades de Referência Tecnológica (URT) implantadas					
Iniciativa	Implantação de Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológica (UTD ou URT) em sistemas agropecuários de produção sustentável (ABC). MINO					
Iniciativa	Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC).					
Unidade Responsável	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Tocantins					
Unidade Orçamentária	130018 – SFA-TO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
*	*	8.279,93	8.279,93	-	-	8.279,93
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Implantação de UD	UN	01	01	-	-
02	Acompanhamento e execução de termo de cooperação técnica firmado entre o MAPA e a EMBRAPA PESCA E AQUICULTURA.	UN	01	01	-	3.059,17
03	Apoio a eventos com objetivo de discussão e promoção do plano ABC em seminários, oficinas e reuniões.	UN	09	05	-	2.415,18
04	Apoio a participação de dois pesquisadores da EMBRAPA PESCA E AQUICULTURA para participar de oficina do projeto FIP-ABC, em Brasília.	UN	-	01	-	2.805,58
05	Participação em reunião de grupo de trabalho ABC/PISA	UN	-	07	-	-
06	Participação em Reunião do CEDRUS (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural)	UN	-	04	-	-

* A ação 8593 não é regionalizada. As despesas são empenhadas sem conhecimento da dotação orçamentária, mediante descentralização orçamentária nos valores acima. Estes dados são prestados pelo CAN no relatório da SDC/MAPA.

As ações de fomento do Plano ABC são executadas conforme as demandas das instituições parceiras no estado, sendo estas atendidas por meio da articulação do grupo gestor do plano ABC/TO.

Parte dos recursos referentes ao pagamento de duas passagens aéreas, destinadas a dois pesquisadores da EMBRAPA PESCA E AQUICULTURA para participação em oficina do projeto FIP-ABC - Brasília, no valor de R\$ 2.805,58, deverão ser devolvidos, pela empresa aérea, em 2013 devido ao cancelamento da oficina pelos seus organizadores.

A implantação da UD foi realizada através do termo de cooperação técnica firmado entre o MAPA e a EMBRAPA PESCA E AQUICULTURA, que tem como objetivo a otimização do uso e manejo do solo e da água como ferramenta para o desenvolvimento rural sustentável em propriedades com diferentes sistemas agrícolas integrados no estado do Tocantins.

Através da ação 8593, foram gerados em 2012 Minuta do Regimento Interno GG-ABC/TO, Relatório da Oficina de Planejamento do Plano ABC/TO e Relatório do Curso Introdutório para Multiplicadores do Plano ABC.

Quadro XX - A.4.3.3 Ação 4720 Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

Identificação da Ação						
Código		4720				
Descrição		Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica				
Iniciativa		Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada.				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Tocantins				
Unidade Orçamentária		130018 – SFA-TO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.584,00	1.486,40	1.486,40	1.486,40	-	-	1.486,40
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Oficinas para capacitação em OCS e SPG	UN	-	1	4.584,00	1.486,40

Os recursos foram utilizados para a realização de uma oficina com abordagem em OCS e SPG, que formou 37 multiplicadores capazes de estimular e organizar a formação de OCS segundo normas do MAPA.

Ações de fiscalização em unidades controladas são realizadas prioritariamente a partir de denúncia. Não houve, em 2012, denúncia de irregularidades quanto às normas vigentes de garantia da qualidade orgânica por parte de produtores, consumidores ou comércio.

Quadro XXI - A.4.3.4- Ação 8591 Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas

Identificação da Ação						
Código		8591				
Descrição		Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas				
Iniciativa		Promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Tocantins				
Unidade Orçamentária		130018 – SFA-TO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
*	*	2.790,45	2.790,45	-	-	2.790,45
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Visitas técnicas de campo para produção integrada de frutas	un	40	29	-	2.176,40
02	Participação em mesa redonda sobre política de ATER.	un	-	01	-	614,05

* A ação 8591 não é regionalizada. Despesa empenhada sem conhecimento da dotação orçamentária, mediante descentralização orçamentária nesse valor. Estes dados são prestados pelo CAN no relatório da SDC/MAPA.

As ações de acompanhamento, assessoramento e monitoramento do Projeto de Produção Integrada de Frutas no Estado do Tocantins são coordenadas pela Embrapa/Mandioca e Fruticultura, e acompanhadas mensalmente pela SEAGRO e SFA-TO.

O número de visitas técnicas realizadas menores que as programadas deveram-se a realização de trabalhos envolvendo grupos de produtores em detrimento a produtores individuais, o que permitiu alcançar maior número de produtores atendidos, pelo projeto de PI, em menor número de visitas. Observa-se que estava previsto o atendimento de 70 produtores, porém foram atendidos 91 produtores de frutas.

Ressalta-se que a formalização do convênio nº 759843/2011 entre MAPA e SEAGRO, cujo objeto é desenvolvimento e fomento das ações da produção integrada de frutas no Tocantins, permitiu que houvesse continuidade no desenvolvimento das ações de acompanhamento e desenvolvimento da produção integrada de frutas, o que interferiu positivamente no alcance dos resultados propostos.

Quadro XXII - A.4.3.5 Ação 8606 Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico

Identificação da Ação						
Código		8606				
Descrição		Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico				
Iniciativa		Promoção do desenvolvimento da Agricultura Orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização.				
Unidade Responsável		Formação de bancos comunitários de sementes e/ou mudas de variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes. MINO				
Unidade Orçamentária		Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Tocantins				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.284,72	8.910,73	8.910,73	8.910,73	-	-	8.910,73
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Promoção de oficinas de fomento ao produto orgânico.	UN	-	8		3.609,88
02	Realização de Palestras, reuniões técnicas e visitas técnicas para promoção do produto orgânico	UN	4	5		1.168,49
03	Confecção de sacolas para utilização na 9ª semana dos alimentos orgânicos em 2013.	UN	-	201	-	1.999,95
04	Promoção e organização de oficina do programa bancos comunitários de sementes de adubos verdes	UN	1	1		2132,41
05	Reuniões da CPOrg-TO	UN	4	4	-	-

Conforme houve demandas para as atividades da ação 8606, foram solicitados recursos à SDC/MAPA para a sua execução, que verificava o enquadramento da atividade com a ação e depois liberava os recursos. Apesar do contingenciamento de recursos no orçamento da COAGRE/SDC, as atividades passíveis de planejamento como oficinas, palestras e reuniões foram atendidas.

Foram utilizados recursos financeiros para a execução da 8ª semana dos alimentos orgânicos para pagamento de matérias promocionais. Além das metas programadas, houve demandas, por parte de produtores e parceiros, para realização de oficinas e palestras que foram executadas conforme disponibilidade de recursos pela SDC/MAPA.

Quadro XXIII - A.4.3.6 Ação 2B17 Fiscalização de Contratos de Repasse

Identificação da Ação						
Código		2B17				
Descrição		Fiscalização de Contratos de Repasse				
Iniciativa		Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Tocantins				
Unidade Orçamentária		130018 – SFA-TO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
*	*	9.106,40	9.106,40	-	-	9.106,40
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Contrato fiscalizado	un	7	17	-	2.781,22
02	Vistoria prévia de estradas vicinais	un	-	20	-	6.325,18

* A ação 2B17 não é regionalizada. As despesas são empenhadas sem conhecimento da dotação orçamentária, mediante descentralização orçamentária nesse valor. Estes dados são prestados pelo CAN no relatório da SDC/MAPA.

As metas referentes à fiscalização de contrato de repasse a serem alcançadas durante o exercício de 2012 são determinadas pelo DIEL/SDC/MAPA, por meio do Plano de Fiscalização de Contratos de Repasse, que leva em consideração a disponibilidade orçamentária para a execução da ação.

Além da fiscalização dos contratos de repasse programados pelo DIEL/SDC/MAPA, por meio do Plano de Fiscalização de Contratos de Repasse, a DPDAG/SFA-TO fiscalizou outros 10 contratos de repasse com objetivo de responder Acórdão nº 2445/2011-TCU – Plenário e atender demandas de verificação de plano de providências pelo DIEL/SDC/MAPA. O baixo custo, por fiscalização e por vistorias prévias, deveu-se ao aproveitamento de viagens referentes a outras ações, possibilitando redução dos custos. A atividade gerou 17 relatórios de fiscalização de contrato de repasse que foram encaminhados ao DIEL/SDC/MAPA.

As atividades de vistorias prévias de estradas vicinais são realizadas com objetivo de subsidiar pareceres de viabilidade emitidos durante análises de planos de trabalhos para contratos de repasse que contemplam conservação de estradas vicinais. Desta forma, as ações somente são programadas após as indicações e empenho das emendas parlamentares, que podem ocorrer ao longo de todo ano, ocorrendo na maioria das vezes no último trimestre do ano, e com frequência no mês de dezembro. As atividades de vistoria geraram 20 termos de vistorias que foram encaminhados aos analistas dos planos de trabalhos e ao DIEL/SDC/MAPA.

Quadro XXIV - A.4.3.7 Ação 8611 Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Identificação da Ação							
Código		8611					
Descrição		Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário					
Iniciativa		Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário					
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Tocantins					
Unidade Orçamentária		130018 – SFA-TO					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
*	*	6.145,13	6.145,13	-	-	6.145,13
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Acompanhamento de convênios	un	-	05	-	6.145,13

* A ação 8611 não é regionalizada. As despesas são empenhadas sem conhecimento da dotação orçamentária, mediante descentralização orçamentária nesse valor. Estes dados são prestados pelo CAN no relatório da SDC/MAPA. Os convênios são analisados e aprovados pela SDC/MAPA. Somente após toda a formalização do processo é que é solicitada à DPDAG/SFA-TO a indicação de um servidor para o acompanhamento *in loco* da execução física dos mesmos que podem ocorrer ao longo de todo o ano.

Os cinco convênios vigentes no ano de 2012 foram acompanhados conforme designado em Portarias específicas publicadas no Boletim de Pessoal MAPA, sendo necessárias 19 ações de acompanhamento *in loco* para comprovação da execução física dos mesmos, durante o ano de 2012.

Foram realizadas reuniões, previamente ao início da execução dos convênios, com as convenientes, onde foram discutidas e sistematizadas as rotinas de acompanhamento *in loco* da execução física dos mesmos. O conhecimento da rotina de acompanhamento *in loco* do convênio auxiliou as convenientes a realizarem as ações do convênio de forma regular.

Quadro XXV - A.4.3.8- Ação 2177 Fiscalização de Serviços Agrícolas

Identificação da Ação						
Código		2177				
Descrição		Fiscalização de Serviços Agrícolas				
Iniciativa		Coordenação e fiscalização da atividade agrícola				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Tocantins				
Unidade Orçamentária		130018 – SFA-TO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.006,00	3.487,27	3.487,27	3.487,27	-	-	3.487,27
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada (aviação agrícola)	un	12	08	5.006,00	1.091,70
02	Participação em congresso nacional de aviação agrícola	un	-	01	-	2.395,57

Análise Crítica: Em função da DPDAG/TO só contar com um FFA habilitado para a execução das ações de fiscalização das atividades aeroagrícolas no Estado e este acumular a responsabilidade de ser o chefe da Divisão e de conduzir outras atividades dos diversos departamentos da SDC, SRI e SPA, não foi possível cumprir a meta prevista na LOA de 12 fiscalizações. Assim, considerando a limitação de pessoal da DPDAG/TO, a previsão de fiscalizações a serem realizadas foi corrigida para 8. Ressalta-se que um dos limitantes para a realização das fiscalizações propostas é a existência de processos administrativos abertos necessitando de relatórios de instrução em primeira instância, procedimentos de julgamentos e notificação de autos de infração pendentes, entre outras ações administrativas exigidas pela atividade. Fiscalizações em 3 empresas foram realizadas em aproveitamento de viagem de outras ações, não sendo utilizado, para estas, recursos de diárias e combustíveis.

As atividades de fiscalização de empresas aéreas em 2012 geraram 8 termos de fiscalizações e nenhum auto de infração visto as empresas fiscalizadas estarem regulares.

No ano de 2012, não houve recolhimento de multas aplicadas devido ao fato do convênio firmado entre o agente financeiro e a SFA-TO encontrar-se com falhas operacionais, inviabilizando o pagamento das multas por parte das empresas autuadas. Observa-se que as multas aplicadas no exercício de 2012 (R\$ 17.290,00) referem-se a autos de infração lavrados em anos anteriores, cujo julgamento só ocorreu em 2012.

Quadro XXVI - A.4.3.9- Ação 20SR Estudos de Infra-instrutora e Logística da Produção

Identificação da Ação						
Código		20SR				
Descrição		Estudos de Infra-instrutora e Logística da Produção				
Iniciativa		Elaboração de estudos que visem a redução do custo logístico da movimentação de produtos agropecuários destinados ao abastecimento e à exportação.				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Tocantins				
Unidade Orçamentária		130018 – SFA-TO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
*	*	3.017,50	3.017,50	-	-	3.017,50
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	treinamento de FFA em fiscalização de silos e armazéns	FFA treinado	-	1	-	3.017,50

* A ação 20SR não é regionalizada. As despesas são empenhadas sem conhecimento da dotação orçamentária, mediante descentralização orçamentária nesse valor. Estes dados são prestados pelo CAN no relatório da SDC/MAPA.

Os recursos disponibilizados pela SDC/MAPA foram para viabilizar treinamento de 1 FFA em fiscalização de silos e armazéns. As atividades de fiscalização de estruturas de silos e armazéns ainda são incipientes e deverão ter início no ano de 2013.

4.1.1.4 Programa 2042: Inovações para a Agricultura

Quadro XXVII - A.4.4.1- Ação 2B47 Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG

Identificação da Ação						
Código		2B47				
Descrição		Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG				
Iniciativa		Organização de cadeias produtivas para o uso das Indicações Geográficas e marcas coletivas - INDIGRAF				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Tocantins				
Unidade Orçamentária		130018 – SFA-TO				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	4.262,90	4.262,90	-	-	4.262,90
Metas do Exercício Para a Ação						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	participação em curso sobre IG e marcas coletivas em Parati / RJ	Nº de servidor treinado	-	2	-	4.262,90

* A Ação 2B47 não é regionalizada. Despesa empenhada sem conhecimento da dotação orçamentária, mediante descentralização orçamentária nesse valor. Estes dados são prestados pelo CAN no relatório da SDC/MAPA.

O curso organizado pela CIG resultou na finalização do manual “Incentivo e Uso dos Signos Distintivos – IG e Marcas Coletivas”.

4.1.2 - Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviços ao estado de responsabilidade da UJ

4.1.2.1 - Programa 2105: Gestão e Manutenção do MAPA

Quadro XXVIII - A.4.2 Ação 4716 Operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas

Identificação da Ação						
Código		4716				
Descrição		Operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas.				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins.				
Unidade Orçamentária		Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
719.035,00	712.616,00	719.035,00	712.616,00		52.130,00	636.614,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Análise Crítica. O quadro A.4.2 demonstra que a execução orçamentária dos recursos financeiros destinados a manutenção e serviços foram suficientes para atender às necessidades da SFA-TO, no que concerne ao apoio às ações finalísticas do órgão, contribuindo de forma decisiva ao alcance da metas das ações programadas pelas áreas fins. Com relação às metas do serviço propriamente dito é oportuno esclarecer que os serviços administrativos operam por demanda destas áreas. Os restos a pagar não processados são de despesas realizadas em dezembro/12 com liquidação em janeiro/13 e bens adquiridos através de pregão com prazo de entrega para janeiro/fevereiro/13.

4.2 - Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 - Identificação das unidades orçamentárias da UJ

Quadro XXIX - A.4.7 Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PEC. E ABAST. NO ESTADO DO TOCANTINS	22000	130018
Fonte: SIAFI 12/2012		

4.2.2 - Movimentação de créditos interna e externa

Quadro XXX - A.4.11 Movimentação Orçamentária Por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebe-dora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	13002	130018	4617-	-	-	719.035,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebe-dora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	13002	130018	4617	56.550,61	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI 2012

4.2.3 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.3.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.3.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

4.2.3.1.2 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários

Quadro XXXI - A.4.13 Despesas Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesa de Pessoal								
Nome do 1º elemento de despesa	7.795.762,00	7.914.370,00	7.795.762,00	7.914.370,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
3339037	391.976,00	353.785,00	353.508,00	353.508,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3339033	13.023,00	12.990,00	13023,00	12.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3339014	8.996,00	20.530,00	8.996,00	16.113,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	305.038,00	292.898,00	296.093,00	245.322,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
449052-42	56.550,00	0,00	56.550,00	0,00	46.594,00	0,00	9.956,00	42.709,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 12/2012

Análise Crítica: Não ocorreram alterações relevantes na programação orçamentária e financeira, que redundassem em prejuízo na execução das atividades de apoio realizadas pelos serviços administrativos da SFA-TO. Entretanto os recursos referentes às diárias, que sofreram contingenciamentos, de certa forma, causaram prejuízos das ações de fiscalização programadas para o exercício de 2012, mesmo assim, não se deixou de fiscalizar as atividades das empresas tocaninense sob a responsabilidade da Superintendência. Quanto ao elemento de despesas referente ao pessoal informamos que estes valores são contabilizados pela SEDE, portanto o elemento com maior dispêndio orçamentário e financeiro é de responsabilidade da Sede do MAPA, que é inclusive a responsável pelos valores lançados nos quadros.

4.2.3.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.3.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Quadro XXXII - A.4.14 Despesas Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	56.550,00	496.871,00	9.956,00	229.288,00
l) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
m) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
n) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
o) Pregão	56.550,00	496.871,00	9.956,00	229.288,00
p) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
q) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
8. Contratações Diretas (g+h)	148.454,00	110.769,00	156.417,00	77.655,00
r) Dispensa	138.077,00	57.169,00	138.077,00	57.169,00
s) Inexigibilidade	10.377,00	53.600,00	18.340,00	20.489,00
9. Regime de Execução de Pessoal	2.946,00	4.481,00	2.946,00	4.481,00
t) Suprimento de Fundos	2.946,00	4.481,00	2.946,00	4.481,00

10. Pagamento de Pessoal (j+k)	7.805.355,00	7.936.665,00	7.805.355,00	7.936.665,00
u) Pagamento em Folha	7.795.762,00	7.914.370,00	7.795.762,00	7.914.370,00
v) Diárias	9.593,00	22.295,00	9.593,00	22.295,00
11. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
12. Total (1+2+3+4+5)	8.010.359,00	8.544.305,00	7.971.728,00	8.243.608,00

Fonte: SIAFI – 12/2012

4.2.3.2.2 Despesas Totais Por Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.2 Pagamento e Cancelamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

5.2.1 Pagamento e cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro XXXIII - A.5.2 Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	0,00		0,00	6.630,00
2010	0,00	1.641,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	0,00	0,00	0,00	6.630,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 12/2012

Análise Crítica: O resto a pagar não processado de 2011 e não liquidado refere-se à emissão de fatura da Brasil Telecom não emitida no período de agosto a dezembro/10, por falhas técnicas do programa de concessionária.

5.3 Transferência de Recursos

5.3.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício

Quadro XXXIV - A.5.3 Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPREINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO TOCANTINS – SFA-TO									
CNPJ: 00396.895/0074-80					UG/GESTÃO: 130018/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	771223/2012	02.903.682/0001-78	3.367.629,00	199.459,50	965.665,00	965.665,00	06/07/2012	31/12/2015	1
1	771224/2012	02.903.682/0001-78	13.860.097,35	735.873,50	4.143.237,70	4.143.237,70	06/07/2012	31/12/2015	1

LEGENDA
Modalidade: 1 - Convênio
Situação da Transferência: 1 - Adimplente

- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SICONV – SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATO DE REPASSE

5.3.2 Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro XXXV - A.5.4 Resumo dos Instrumentos Celebrados Pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SUPREINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO TOCANTINS – SFA-TO					
CNPJ:	00396.895/0074-80					
UG/GESTÃO:	130018/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	2	0	0	5.108.902,70	0	0
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	2	0	0	5.108.902,70	0	0

Fonte: SICONV – SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATO DE REPASSE

5.3.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que permanecerão vigentes no exercício de 2013 e seguintes

Quadro XXXVI - A.5.5 Resumo dos Instrumentos de Transferência Que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPREINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO TOCANTINS – SFA-TO					
CNPJ: 00396.895/0074-80			UG/GESTÃO: 130018/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	2	17.227.726,30	5.108.902,70	0	29,65
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	2	17.227.726,30	5.108.902,70	0	29,65

Fonte: Siconv – sistema de gestão de convênios e contrato de repasse

5.3.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termo de cooperação e contrato de repasse

Quadro XXXVII - A.5.6 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ Valores em R\$
na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SUPREINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO TOCANTINS – SFA-TO					
CNPJ: 00396.895/0074-80		UG/GESTÃO: 130018/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1	--	--
		Montante Repassado	2.311.840,00	--	--
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	--	--
		Montante Repassado	0	--	--
2011	Contas Prestadas	Quantidade	2	--	--
		Montante Repassado	3.295.894,00	--	--
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	--	--
		Montante Repassado	0	--	--
2010	Contas Prestadas	Quantidade	1	--	--
		Montante Repassado	1.000.000,00	--	--
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	--	--
		Montante Repassado	0	--	--
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	--	--
		Montante Repassado	0	--	--

Fonte: siconv – sistema de gestão de convênios e contrato de repasse

5.3.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro XXXVIII - A.5.7 Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPREINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO TOCANTINS – SFA-TO					
CNPJ: 00396.895/0074-80			UG/GESTÃO: 130018/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			1	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	--	
			Contas Não Analisadas	--	
		Montante Repassado (R\$)		--	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	1	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	0		
		Montante Repassado (R\$)	0		
2011	Quantidade de contas prestadas			2	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		2	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	
Montante repassado (R\$)		0			
2010	Quantidade de Contas Prestadas			1	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	
Montante Repassado		0			
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	
		Montante Repassado		0	

Fonte: SICONV – SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATO DE REPASSE

5.3.6 Análise Crítica :Nos últimos três exercícios apenas em 2012 houve repasse de recursos destinados a ADAPEC-TO no valor de R\$ 5.108.902,72 referente aos convênios plurianuais registrado no SICONV sob números 771223/2012 e 771224/2012.

Em virtude dos recursos repassados no exercício de 2012 terem ocorrido no final do ano, a conveniente solicitou aditivo dos referidos convênios para adequar o período de execução das metas, com a aprovação dos Termos Aditivos a metas pactuadas para 2012 passaram para serem executadas em 2013.

Todas as transferências expiradas até 2012 tiveram suas prestações de contas apresentadas tempestivamente, analisadas com parecer favorável e aprovadas pelo Gestor da Superintendência.

Para acompanhar as metas físicas pactuadas e a aplicação adequada dos recursos repassados a SFA-TO designa servidores da área técnica para acompanhar “in loco” a execução das metas físicas e servidores da administração para desenvolver a análise financeira dos convênios.

5.4 -Suprimentos de Fundos

5.4.1 Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos

5.4.1.1 Suprimento de fundos – visão geral

Quadro XXXIX - A.5.8 Despesas Realizadas Por Meio de Suprimento de Fundos (SF)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
130018	Sup Federal de Agric e Pec e Abast no Estado do Tocantins	0,00	0,00	4.002,00	4.002,00
UG 2		0,00	0,00	0,00	0,00
UG 3		0,00	0,00	0,00	0,00
UG n...		0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	0,00	0,00	4.002,00	4.002,00

5.4.1.2 Suprimento de fundos – cartão de crédito corporativo (CPGF)

Quadro XL - A.5.10 Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo Por Ug e Por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	130018	Limite de Utilização da UG	R\$ 200.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
MARCIO MARCOLINI	757.392.007-49	R\$19.500,00	0,00	R\$29,00	R\$29,00
MARCIO MARCOLINI	757.392.007-49	R\$19.500,00	0,00	R\$65,49	R\$65,49
MARCIO MARCOLINI	757.392.007-49	R\$19.500,00	0,00	R\$39,16	R\$39,16
MARCIO MARCOLINI	757.392.007-49	R\$19.500,00	0,00	R\$5,00	R\$5,00
MARCIO MARCOLINI	757.392.007-49	R\$19.500,00	0,00	R\$180,00	R\$180,00
MARCIO MARCOLINI	757.392.007-49	R\$19.500,00	0,00	R\$15,00	R\$15,00
MARCIO MARCOLINI	757.392.007-49	R\$19.500,00	0,00	R\$56,00	R\$56,00
MARCIO MARCOLINI	757.392.007-49	R\$19.500,00	0,00	R\$585,00	R\$585,00
MARCIO MARCOLINI	757.392.007-49	R\$19.500,00	0,00	R\$59,80	R\$59,80
MARCIO MARCOLINI	757.392.007-49	R\$19.500,00	0,00	R\$424,00	R\$424,00
MARCIO MARCOLINI	757.392.007-49	R\$19.500,00	0,00	R\$800,00	R\$800,00
MARCIO MARCOLINI	757.392.007-49	R\$19.500,00	0,00	R\$140,00	R\$140,00
MARCIO MARCOLINI	757.392.007-49	R\$19.500,00	0,00	R\$25,00	R\$25,00
MARCIO MARCOLINI	757.392.007-49	R\$19.500,00	0,00	R\$25,00	R\$25,00
MARCIO MARCOLINI	757.392.007-49	R\$19.500,00	0,00	R\$290,00	R\$290,00
MARCIO MARCOLINI	757.392.007-49	R\$19.500,00	0,00	R\$97,10	R\$97,10
MARCIO MARCOLINI	757.392.007-49	R\$19.500,00	0,00	R\$110,00	R\$110,00
EDUARDO DA SILVA BARRETO	504.056.325-68	R\$ 3.900,00	0,00	R\$60,00	R\$60,00
ELISÂNGELA PINTO FIGUEREDO	962.340.406-91	R\$8.000,00	0,00	R\$500,00	R\$500,00
ELISÂNGELA PINTO FIGUEREDO	962.340.406-91	R\$8.000,00	0,00	R\$100,00	R\$100,00
ELISÂNGELA PINTO FIGUEREDO	962.340.406-91	R\$8.000,00	0,00	R\$84,00	R\$84,00
ELISÂNGELA PINTO FIGUEREDO	962.340.406-91	R\$8.000,00	0,00	R\$45,00	R\$45,00
ELISÂNGELA PINTO FIGUEREDO	962.340.406-91	R\$8.000,00	0,00	R\$87,72	R\$87,72
ELISÂNGELA PINTO FIGUEREDO	962.340.406-91	R\$8.000,00	0,00	R\$180,00	R\$180,00
Total Utilizado pela UG			0,00	4.002,00	4.002,00

Código da UG 2:	Não se Aplica	Limite de Utilização da UG:	Não se Aplica		
Não se Aplica			0,00	0,00	0,00
Não se Aplica			0,00	0,00	0,00
Total Utilizado pela UG				0,00	0,00
Total Utilizado pela UJ			0,00	4.002,00	4.002,00

Fonte: SIAFI 12/2012 – BANCO DO BRASIL

5.4.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

Quadro XLI - A.5.11 Despesa Realizadas Por Meio da Conta Tipo “B” e Por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	0	0,00	0	0,00	24	4.002,00	4.002,00
2011	0	0,00	0	0,00	54	7.698,00	7.698,00
2010	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 12/2012

5.4.1.4 Prestação de contas de suprimento de fundos

Quadro XLII - A.5.12 Prestação de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Contas Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aguardando Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC em Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC não Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	9	4.002,00	18	7.698,00	0	0,00

Fonte: SIAFI 12/2012

5.4.1.6 – Análise crítica: A SFA-TO tem adotado como política na gestão dos recursos de suprimento de fundos, sua utilização em caráter cada vez mais emergencial. Tal fato pode ser observado na análise dos valores despendidos entre 2011 e 2012 aonde evidencia-se uma queda significativa na prática deste instrumento.

6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro XLIII - A.6.1 Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	47	47	-	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	--
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	47	47	-	-
1.2.1 Servidores de Carreira vinculada ao órgão	46	46	-	-
1.2.2 Servidores de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidores de Carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	47	47	-	-

6.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

Quadro XLIV - A.6.2 Situações Que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12/2012

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	4
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De ofício, no interesse da Administração	1
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-

5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	5

Fonte: Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2012

6.1.2 Qualificação da força de trabalho

Quadro XLV - A.6.3 Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2012)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	7	7	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	6	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	7	7	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	14	14	-	-

Fonte: Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2012

6.1.2.1 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

Quadro XLVI - A.6.4 Quantidade de Servidores da UJ Por Faixa Etária – Situação em 31/12/2012

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	13	8	9	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	13	8	9	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	3	3	6	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	2	3	2	-
2.3. Funções Gratificadas	-	1	-	4	-
3. Totais (1+2)	-	16	11	15	5

Fonte: Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2012

6.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro XLVII - A.6.5 Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	1	7	30	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	1	7	28	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	1	2	2	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	6	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	6	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	1		-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	2	9	36	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE 12/2012

6.1.3 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro XLVIII - A.6.6 Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e Nos Dois Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	2.557.012,54	-	2.769.891,79	397.213,55	138.769,64	59.351,00	42.590,10	-	45.713,31	6.010.541,93
	2011	2.569.683,39	2.199,96	2.938.546,25	437.905,37	148.935,77	64.113,00	27.913,78	8.600,07	79.652,40	6.277.549,99
	2010	2.436.903,73	423,14	2.814.049,41	400.271,31	156.341,98	55.014,00	44.075,67	-	65.664,54	5.972.743,78
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	19.366,65	-	-	-	1.520,00	314,00	-	1.807,23	1.597,00	24.604,88
	2011	105.382,10	-	9.565,50	-	7.296,00	2.858,00	-	2.395,50	9.582,00	137.079,10
	2010	85.941,30	-	7.582,23	-	7.296,00	3.045,00	-	-	4.791,00	108.655,53
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	438.049,83	128.839,08	552.789,65	46.234,43	24.026,44	10.358,00	-	-	-	1.200.297,43
	2011	413.499,64	128.839,08	541.993,37	44.277,31	23.832,77	7.946,00	-	-	-	1.160.388,17
	2010	440.155,87	135.460,84	576.452,77	41.695,10	25.883,12	9.920,00	-	-	908,40	1.230.476,10
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2012	339.318,43	34.625,98	130.434,75	9.061,18	39.973,94	3.962,96	2.941,08	-	-	560.318,32
	2011	210.989,39	27.422,34	61.654,80	-	26.371,58	3.768,00	3.858,73	-	5.288,04	339.352,88
	2010	328.675,6	33.283,27	129.901,67	3.123,86	40.510,12	5.430,23	6.256,31	-	-	547.181,12

Exercícios	Anos	Total	Média Mês
	2012	7.795.762,56	649.646,88
2011	7.914.370,14	659.530,85	
2010	7.651.228,29	637.602,36	

Fonte: Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2012

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro XLIX - A.6.7 Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2012

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	7	2
1.1 Voluntária	5	2
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	2	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	4	-
2.1 Voluntária	4	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	11	2

Fonte: Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2012

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro L - A.6.8 Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	9	1
1.1. Integral	4	-
1.2. Proporcional	5	1
2. Em Atividade	6	-
3. Total (1+2)	15	1

Fonte: Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2012

6.1.5 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Quadro LI - A.6.11 Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	-	-	-
Concessão de pensão civil	-	-	-	1
Concessão de pensão especial e ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Total	-	-	-	1
Atos Sujeitos à Comunicação do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

6.1.8 – Indicadores gerenciais sobre recursos Humanos

Esclarecemos que não temos indicadores para tal gerenciamento, sem previsão para desenvolvimento, pois dependemos do MAPA Sede.

Quanto aos itens abaixo temos as seguintes informações:

Absenteísmo: Não há registro em 2012;

Acidente de Trabalho e Doenças Ocupacionais: Não há registro em 2012;

Rotatividade: Não há registro em 2012;

Educação Continuada: Não há registro em 2012;

Disciplina: Não há registro de indisciplina em 2012 e

Aposentadoria versus reposição do quadro: No ano de 2012, 01 aposentadoria sem reposição ao quadro.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contrato de Estagiários

6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro LII - A.6.17 Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins													
UG/Gestão: 130018							CNPJ: 00396895/0071-80						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	02/2012	12.083.195/0001-60	01/03/2012	01/03/2013	1	1	3	3	-	-	A
2011	V	O	003/2011	06.088.000/0002-52	01/05/2011	01/05/2012	-	-	4	4	-	-	P

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
Fonte: SIASG 2012

6.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro LIII - A.6.18 Contratos de Prestação de Serviços Com Locação de Mão de Obra													
Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins													
UG/Gestão: 130018							CNPJ: 00396895/0071-80						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	5	O	009/2010	04.795.101/0001-57	15/10/10	15/10/13	1	1	4	4	-	-	P
2012	4	O	03/2012	12.083.195/0001-60	01/03/12	01/03/13	1	1	-	-	-	-	A

Observações:

LEGENDA
Área:
1. Segurança;C
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente

5. Recepção; contratada.
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Fonte: SIASG 2012

6.2.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro LIV - A.6.19 Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	3	3	3	4	19.350,00
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	3	3	1	2	17.754,66
2					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	6	6	4	6	37.104,66

Fonte: Dados colhidos da CGDP/MAPA 12/2012

7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Lei nº 1.081 de 13 de abril de 1950.

- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Para atender a área finalística em suas atividades de fiscalizações e fomento há a necessidade de utilização de veículos oficiais especialmente porque na sua grande maioria as ações de fiscalização são desenvolvidas no interior do estado. Desse modo, torna-se impositiva a manutenção de frota de veículos pela SFA/TO.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade de UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como a sua totalização por grupo geral;
A frota é composta por 20 veículos que atendem as áreas técnicas e Administrativa da SFA/TO para transporte institucional apenas. Não há veículo de representação.

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;
Media anual de 7.516 km por veículo.

- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;
Idade media de 3 anos
- f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);
Combustíveis e lubrificantes.....R\$ 61.131,25
Revisões.....R\$ 20.425,70
Seguros obrigatórios..... R\$ 4.125,70
- g) Plano de substituição da frota;
O plano de metas da sede prevê a substituição de 20% da frota a partir de 2014.
- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;
A política de transporte do MAPA é feita sede em Brasília. Até o presente momento a opção tem sido pela aquisição direta de veículos.
- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A SFA/TO possui um programa de gerenciamento de frota, que possibilita a análise de cada veículo da frota, com identificação do condutor, consumo de combustível, manutenção, além de outros relatórios que podem ser produzidos conforme a necessidade.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro LV - A.7.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	1	1
	PALMAS – TO	1	1
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
	UF “n”	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
Subtotal Brasil			-
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

7.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro LVI - A.7.3 Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
130018	937300165 500-0	21	1	1.080.245,15	17/08/11	1.218.553,48	0	1.310,00
Total							0	1.310,00
Fonte: MP/SPU-TO / SIAFI 2012								

Análise Crítica: SFA-TO Esta instalada em imóvel próprio, sendo o único ocupado cuja construção é recente apresentado bom estado de conservação conforme quadro A.7.1 e A.7.3.
ASFA-TO não aluga próprios de Terceiros.

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro LVII - A.9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex. ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboraram para o menor consumo de energia e/ou água (ex. torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre				X	
	Produtos não				

o consumo de água e energia?	instalados				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).			X		
• Se houve concordância com afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	SIM				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzem o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltados para os seus servidores.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: SGP/SFA-TO – 12/2012

9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Declarações de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Quadro LVIII - A.10.5 Demonstrativo do Cumprimento, Por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º das Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargos, Empregos, Funções de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	10
	Entregaram a DBR	-	-	10
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Item 1.1.1.1 Análise Crítica: Com relação às DBR, compete ao SGP/SAD a guarda das e o controle das DBR, que são entregues anualmente, em envelope lacrado e assinado. A SFA-TO, ainda não dispõem de um sistema automatizado de controle.

10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

10.1 Informações sobre a adoção de critérios estabelecidos pelas normas brasileira de 10 Contabilidade plicadas ao setor público

10.2 - Declaração do contador

Quadro LIX - A.11.2 Declaração de Que as Demonstrações Contábeis do Exercício Não Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINT. FED. DE AGRIC. , PEC. E ABASTECIMENTO /TO	130018
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) 951 FALTA/ RESTRIÇÃO CONFRM. REGISTROS GESTÃO</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	

Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2012
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC n°	006624/T-8 GO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Secretaria-Executiva
 Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração
 Coordenação-Geral de Administração de Pessoas
 Coordenação de Administração de Pessoal

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício 2012, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e em conformidade com o item 08, da parte A, do anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

- Alberto Jerônimo Pereira
- José Calazans dos Santos

Brasília, 06 de fevereiro de 2013

JOSÉ LUIS DA SILVA
 Coordenador-Geral de Administração de Pessoas

ONFERE COM O ORIGINAL

Alberto Jerônimo Pereira
 Coordenador de Contabilidade
 CRC-006624/T-8 GO
 CCONT/SPOA/SE/MAPA